

PROCURAÇÃO



Pelo presente instrumento particular de mandato, nomeio(amos) e constituo(imos) meus(nossos) bastantes Procuradores os Advogados GERALDO LUIZ DE MOURA TAVARES, viúvo, OAB/MG 31.817, CPF 112.642.686-53; ALEXANDRE FIGUEIREDO DE ANDRADE URBANO, casado, OAB/MG 55.283, CPF 664.098.106-87; RICARDO ALVES MOREIRA, casado, OAB/MG 52.583, CPF 550.277.686-72; RICARDO GORGULHO CUNNINGHAM, casado, OAB/MG 73.178, CPF 011.678.736-88; MARCOS CAMPOS DE PINHO RESENDE, casado, OAB/MG 75.387, CPF 024.275.416-30; ISMAIL ANTONIO VIEIRA SALLES, divorciado, OAB/MG 79.511, CPF 960.483.446-00; LEONARDO DE ALMEIDA SANDES, divorciado, OAB/MG 85.190; OAB/SP 357.552, CPF 033.273.626-10; MARIA RAQUEL DE SOUSA LIMA UCHÔA, divorciada, OAB/MG 62.954, CPF 903.303.156-68; MÁRCIO HENRIQUE RAFAEL, casado, OAB/MG 107.170, CPF 039.692.956-70; NATÁLIA DUPIN DE PAULA, divorciada, OAB/MG 116.319, CPF 063.079.606-80; ALEX DOS SANTOS RIBAS, casado, OAB/MG 83.823, CPF 028.606.156-28; ANDRÉ FELLIPE LARA, casado, OAB/MG 123.504, CPF 071.939.916-55; ROSÂNGELA NUNES DE FARIA E SILVA, solteira, OAB/MG 89.024, CPF 002.336.196-40; PAOLA CRISTINA REZENDE, divorciada, OAB/MG 122.864, CPF 044.008.996-40; EDUARDO LEOPOLDO JOSÉ TORRES DE OLIVEIRA, solteiro, OAB/MG 134.432, CPF 079.657.726-98; RENATO MENI ABOOD, casado, OAB/MG 124.857, CPF 086.706.346-78; LUCIANA MARIA GONÇALVES NAVES, solteira, OAB/MG 74.457, CPF 005.028.306-54; MICHELLE ROCHA ANDRADE, solteira, OAB/MG 122.252, CPF 042.598.326-97; MARIA DAS GRAÇAS HESS CIRILO, casada, OAB/MG 83.456, CPF 036.300.336-36; AFONSO FERREIRA DA SILVA JUNIOR, casado, OAB/MG 57.178, CPF 625.074.196-87; LILIANE APARECIDA DIAS, casada, OAB/MG 172.434, CPF 110.266.626-21; RENATO VALERIANO CAMPOS ALVES, solteiro, OAB/MG 144.862, CPF 107.535.316-58; MARCELO BELICO DA CUNHA, solteiro, OAB/MG 178.082, CPF 027.496.646-83; FERNANDO CÉSAR SANTOS, solteiro, OAB/MG 184.167, CPF 121.435.226-06; MARCELLA DINIZ MASCARENHAS, solteira, OAB/MG 157.901, CPF 110.226.586-11; JÉSSICA KELLY VASCONCELLOS NEVES, casada, OAB/MG 184.460, CPF 385.674.108-94; FERNANDA TORRES SILVEIRA DO AMARAL, casada, OAB/MG 134.560, CPF 088.666.456-05; MÁRCIO JÚNIOR ARLEM DE LIMA, casado, OAB/MG 72.215, CPF 709.916.266-72; CLÁUDIA MACEDO CARDOSO, solteira, OAB/MG 123.505, CPF 011.770.466-01; RAIANY MARA GALVÃO PEREIRA, solteira, OAB/MG 197.898, CPF 402.256.918-25; DÉBORA SOUZA DE FARIA, solteira, OAB/MG 201.206, CPF 113.783.966-00; GABRIELA FIGUEIREDO DA SILVA, solteira, OAB/MG 201.128, CPF 101.628.396-26; VINÍCIUS BARBOSA DOS SANTOS, solteiro, OAB/MG 200.862, CPF 117.023.106-39; ANDRÉ CANELAS ALVES, solteiro, OAB/MG 201.215, CPF 098.590.726-63; ROSENDO DE FÁTIMA VIEIRA JÚNIOR, casado, OAB/MG 95.330, CPF 043.621.936-00; LARISSA DE SEIXAS FERREIRA ARAÚJO, solteira, OAB/MG 197.970, CPF 098.757.096-03; ROGER SILVA CAMPOS, solteiro, OAB/MG 152.475, CPF 103.607.756-08; ELISA FLEURY DE OLIVEIRA PEDROSO, solteira, OAB/MG 210.946, CPF 369.493.548-78; GUILHERME MARTINS DE MELO, solteiro, OAB/MG 190.051, CPF 096.849.766-74, todos integrantes da sociedade de advogados **MOURA TAVARES, FIGUEIREDO, MOREIRA E CAMPOS ADVOGADOS**, registrada na OAB/MG sob o nº 303 e inscrita no CNPJ sob o nº 00.351.149/0001-15, estabelecida na Rua da Bahia nº 1.900/10º andar, Bairro Lourdes, Belo Horizonte/MG, CEP 30160-017, para com os poderes do foro em geral, em conjunto ou isoladamente, promoverem a defesa de meus(nossos) direitos e interesses no contencioso judicial e administrativo, em qualquer instância ou tribunal, podendo ainda acordar, concordar, transigir, desistir, receber e dar quitação, substabelecer, praticando, enfim, tudo o que for necessário para o fiel desempenho do presente mandato, ressalvando que no caso de desligamento de qualquer mandatário desta sociedade de advogados, o mandato será automaticamente considerado revogado em relação a ele. **Os poderes retro são específicos para apresentação e condução de Denúncia, perante o Tribunal de Contas de Minas Gerais, em razão de irregularidades no instrumento convocatório do Pregão Eletrônico n. 06/2023 (Processo n. 09/2023), em trâmite no Município de Nova Serrana/MG.**

Belo Horizonte/MG, 01 de março de 2023.

KTM ADMINISTRAÇÃO E ENGENHARIA LTDA.

CNPJ n. 26.279.935/0001-42

PROCURAÇÃO



Pelo presente instrumento particular de mandato, nomeio(amos) e constituo(imos) meus(nossos) bastantes Procuradores os Advogados GERALDO LUIZ DE MOURA TAVARES, viúvo, OAB/MG 31.817, CPF 112.642.686-53; ALEXANDRE FIGUEIREDO DE ANDRADE URBANO, casado, OAB/MG 55.283, CPF 664.098.106-87; RICARDO ALVES MOREIRA, casado, OAB/MG 52.583, CPF 550.277.686-72; RICARDO GORGULHO CUNNINGHAM, casado, OAB/MG 73.178, CPF 011.678.736-88; MARCOS CAMPOS DE PINHO RESENDE, casado, OAB/MG 75.387, CPF 024.275.416-30; ISMAIL ANTONIO VIEIRA SALLES, divorciado, OAB/MG 79.511, CPF 960.483.446-00; LEONARDO DE ALMEIDA SANDES, divorciado, OAB/MG 85.190; OAB/SP 357.552, CPF 033.273.626-10; MARIA RAQUEL DE SOUSA LIMA UCHÔA, divorciada, OAB/MG 62.954, CPF 903.303.156-68; MÁRCIO HENRIQUE RAFAEL, casado, OAB/MG 107.170, CPF 039.692.956-70; NATÁLIA DUPIN DE PAULA, divorciada, OAB/MG 116.319, CPF 063.079.606-80; ALEX DOS SANTOS RIBAS, casado, OAB/MG 83.823, CPF 028.606.156-28; ANDRÉ FELLIPE LARA, casado, OAB/MG 123.504, CPF 071.939.916-55; ROSÂNGELA NUNES DE FARIA E SILVA, solteira, OAB/MG 89.024, CPF 002.336.196-40; PAOLA CRISTINA REZENDE, divorciada, OAB/MG 122.864, CPF 044.008.996-40; EDUARDO LEOPOLDO JOSÉ TORRES DE OLIVEIRA, solteiro, OAB/MG 134.432, CPF 079.657.726-98; RENATO MENI ABOOD, casado, OAB/MG 124.857, CPF 086.706.346-78; LUCIANA MARIA GONÇALVES NAVES, solteira, OAB/MG 74.457, CPF 005.028.306-54; MICHELLE ROCHA ANDRADE, solteira, OAB/MG 122.252, CPF 042.598.326-97; MARIA DAS GRAÇAS HESS CIRILO, casada, OAB/MG 83.456, CPF 036.300.336-36; AFONSO FERREIRA DA SILVA JUNIOR, casado, OAB/MG 57.178, CPF 625.074.196-87; LILIANE APARECIDA DIAS, casada, OAB/MG 172.434, CPF 110.266.626-21; RENATO VALERIANO CAMPOS ALVES, solteiro, OAB/MG 144.862, CPF 107.535.316-58; MARCELO BELICO DA CUNHA, solteiro, OAB/MG 178.082, CPF 027.496.646-83; FERNANDO CÉSAR SANTOS, solteiro, OAB/MG 184.167, CPF 121.435.226-06; MARCELLA DINIZ MASCARENHAS, solteira, OAB/MG 157.901, CPF 110.226.586-11; JÉSSICA KELLY VASCONCELLOS NEVES, casada, OAB/MG 184.460, CPF 385.674.108-94; FERNANDA TORRES SILVEIRA DO AMARAL, casada, OAB/MG 134.560, CPF 088.666.456-05; MÁRCIO JÚNIOR ARLEM DE LIMA, casado, OAB/MG 72.215, CPF 709.916.266-72; CLÁUDIA MACEDO CARDOSO, solteira, OAB/MG 123.505, CPF 011.770.466-01; RAIANY MARA GALVÃO PEREIRA, solteira, OAB/MG 197.898, CPF 402.256.918-25; DÉBORA SOUZA DE FARIA, solteira, OAB/MG 201.206, CPF 113.783.966-00; GABRIELA FIGUEIREDO DA SILVA, solteira, OAB/MG 201.128, CPF 101.628.396-26; VINÍCIUS BARBOSA DOS SANTOS, solteiro, OAB/MG 200.862, CPF 117.023.106-39; ANDRÉ CANELAS ALVES, solteiro, OAB/MG 201.215, CPF 098.590.726-63; ROSENDO DE FÁTIMA VIEIRA JÚNIOR, casado, OAB/MG 95.330, CPF 043.621.936-00; LARISSA DE SEIXAS FERREIRA ARAÚJO, solteira, OAB/MG 197.970, CPF 098.757.096-03; ROGER SILVA CAMPOS, solteiro, OAB/MG 152.475, CPF 103.607.756-08; ELISA FLEURY DE OLIVEIRA PEDROSO, solteira, OAB/MG 210.946, CPF 369.493.548-78; GUILHERME MARTINS DE MELO, solteiro, OAB/MG 190.051, CPF 096.849.766-74, todos integrantes da sociedade de advogados **MOURA TAVARES, FIGUEIREDO, MOREIRA E CAMPOS ADVOGADOS**, registrada na OAB/MG sob o nº 303 e inscrita no CNPJ sob o nº 00.351.149/0001-15, estabelecida na Rua da Bahia nº 1.900/10º andar, Bairro Lourdes, Belo Horizonte/MG, CEP 30160-017, para com os poderes do foro em geral, em conjunto ou isoladamente, promoverem a defesa de meus(nossos) direitos e interesses no contencioso judicial e administrativo, em qualquer instância ou tribunal, podendo ainda acordar, concordar, transigir, desistir, receber e dar quitação, substabelecer, praticando, enfim, tudo o que for necessário para o fiel desempenho do presente mandato, ressalvando que no caso de desligamento de qualquer mandatário desta sociedade de advogados, o mandato será automaticamente considerado revogado em relação a ele. **Os poderes retro são específicos para apresentação e condução de Denúncia, perante o Tribunal de Contas de Minas Gerais, em razão de irregularidades no instrumento convocatório do Pregão Eletrônico n. 06/2023 (Processo n. 09/2023), em trâmite no Município de Nova Serrana/MG.**

Belo Horizonte/MG, 01 de março de 2023.

KTM ADMINISTRAÇÃO E ENGENHARIA LTDA.

CNPJ n. 26.279.935/0001-42

202 202

USO OBRIGATORIO
PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)


TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 00375321



ASSINATURA DO PORTADOR

OBSERVAÇÕES



 **ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL**
CONSELHO SECCIONAL DE MINAS GERAIS
IDENTIDADE DE ADVOGADO

INSCRIÇÃO: 31817

NOME
GERALDO LUIZ DE MOURA TAVARES

FILIAÇÃO
ALCINDO DE AGUIAR TAVARES
LIGIA LESSA DE MOURA

NATURALIDADE
CARMÉSIA-MG


RG
MG-129.784 - PC/MG

DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS
SIM

DATA DE NASCIMENTO
07/01/1944

CPF
112.642.686-53

VIA EXPEDIDO EM
02 24/08/2016


ANTONIO FABRICIO DE MATOS GONCALVES
PRESIDENTE

GERALDO LUIZ DE MOURA TAVARES

Assinado de forma digital
por GERALDO LUIZ DE
MOURA TAVARES
Dados: 2022.10.11
17:54:24 -03'00'





ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DE MINAS GERAIS
IDENTIDADE DE ADVOGADA

INSCRIÇÃO:
201206

NOME
DEBORA SOUZA DE FARIA

FILIAÇÃO
**IVALDO OLIVEIRA FARIA
RAQUEL SOUZA DE FARIA**

NATURALIDADE
GOVERNADOR VALADARES-MG

RG
MG-17092643 - PC/MG

DATA DE NASCIMENTO
05/12/1995

CPF
113.783.966-00

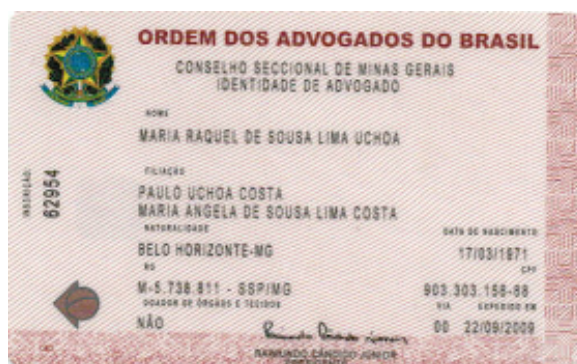
VIA
01

EXPEDIDO EM
01/02/2020


RAIMUNDO CANDIDO JUNIOR
PRESIDENTE

MARIA RAQUEL DE
SOUZA LIMA UCHOA
COSTA:90330315668

Assinado de forma digital por
MARIA RAQUEL DE SOUSA LIMA
UCHOA COSTA:90330315668
Dados: 2022.10.31 19:15:28
+03'00





República Federativa do Brasil
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
Carteira de Identidade Profissional

Registro Nacional

140371933-0

Nome

RENATO RODRIGUES ROCHA

Filiação

RENATO COSTA ROCHA

MARIA HELENA RODRIGUES ROCHA

C.P.F.

162.917.006-20

Documento de Identidade

MG-365.962 SSP/MG

Tipo Sang.

O-

Nascimento

06/10/1955

Naturalidade

SETE LAGOAS

UF

MG

Nacionalidade

BRASILEIRA

Crea de Registro

CREA-MG

Emissão

27/01/2014

Data de Registro

17/07/1979

Ass. Presidente

[Assinatura]

Registro no Crea

MG0000022335



Título Profissional
Engenheiro Civil

Ass. do Profissional

[Assinatura]

Vale como Documento de Identidade e tem Fé Pública (§2º do art. 56 da Lei nº 5194 de 24/12/66 e Lei nº 6206 de 07/05/75)

Ministério da Economia Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais			Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)		
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica 2062	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio			
1 - REQUERIMENTO					
ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais Nome: <u>KTM - ADMINISTRACAO E ENGENHARIA LTDA.</u> (da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)					
requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:			Nº FCN/REMP MGP2100516388		
Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO	
1	007			ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA	
		020	1	ALTERACAO DE NOME EMPRESARIAL	
		046	1	TRANSFORMACAO	
		2001	1	ENTRADA DE SOCIO/ADMINISTRADOR	
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 45%;"> <p style="text-align: center;"><u>BELO HORIZONTE</u> Local</p> <p style="text-align: center;"><u>23 Junho 2021</u> Data</p> </div> <div style="width: 50%;"> <p>Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:</p> <p>Nome: _____</p> <p>Assinatura: _____</p> <p>Telefone de Contato: _____</p> </div> </div>					
2 - USO DA JUNTA COMERCIAL					
<input type="checkbox"/> DECISÃO SINGULAR <input type="checkbox"/> DECISÃO COLEGIADA					
Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s): <input type="checkbox"/> SIM <div style="border-bottom: 1px solid black; height: 15px; width: 100%;"></div> <div style="border-bottom: 1px solid black; height: 15px; width: 100%;"></div> <div style="border-bottom: 1px solid black; height: 15px; width: 100%;"></div> <div style="border-bottom: 1px solid black; height: 15px; width: 100%;"></div> <div style="border-bottom: 1px solid black; height: 15px; width: 100%;"></div>			Processo em Ordem À decisão <div style="text-align: center;"> ____/____/____ Data </div> <div style="text-align: center;"> _____ Responsável </div>		
<input type="checkbox"/> NÃO <div style="display: flex; align-items: center; margin-left: 10px;"> ____/____/____ Data </div> <div style="display: flex; align-items: center; margin-left: 10px;"> _____ Responsável </div>			<input type="checkbox"/> NÃO <div style="display: flex; align-items: center; margin-left: 10px;"> ____/____/____ Data </div> <div style="display: flex; align-items: center; margin-left: 10px;"> _____ Responsável </div>		
DECISÃO SINGULAR					
<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)		2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
<input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se.		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.					
		____/____/____ Data		_____ Responsável	
DECISÃO COLEGIADA					
<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)		2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
<input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se.		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.					
____/____/____ Data		_____ Vogal	_____ Vogal	_____ Vogal	
Presidente da _____ Turma					
OBSERVAÇÕES					



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31212366438 em 01/07/2021 da Empresa KTM - ADMINISTRACAO E ENGENHARIA LTDA., Nire 31212366438 e protocolo 215170873 - 29/06/2021. Autenticação: 697229B4EC4E64243014CD2FB98BAE91A45A. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/517.087-3 e o código de segurança YAEM Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/07/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
 SECRETÁRIA-GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

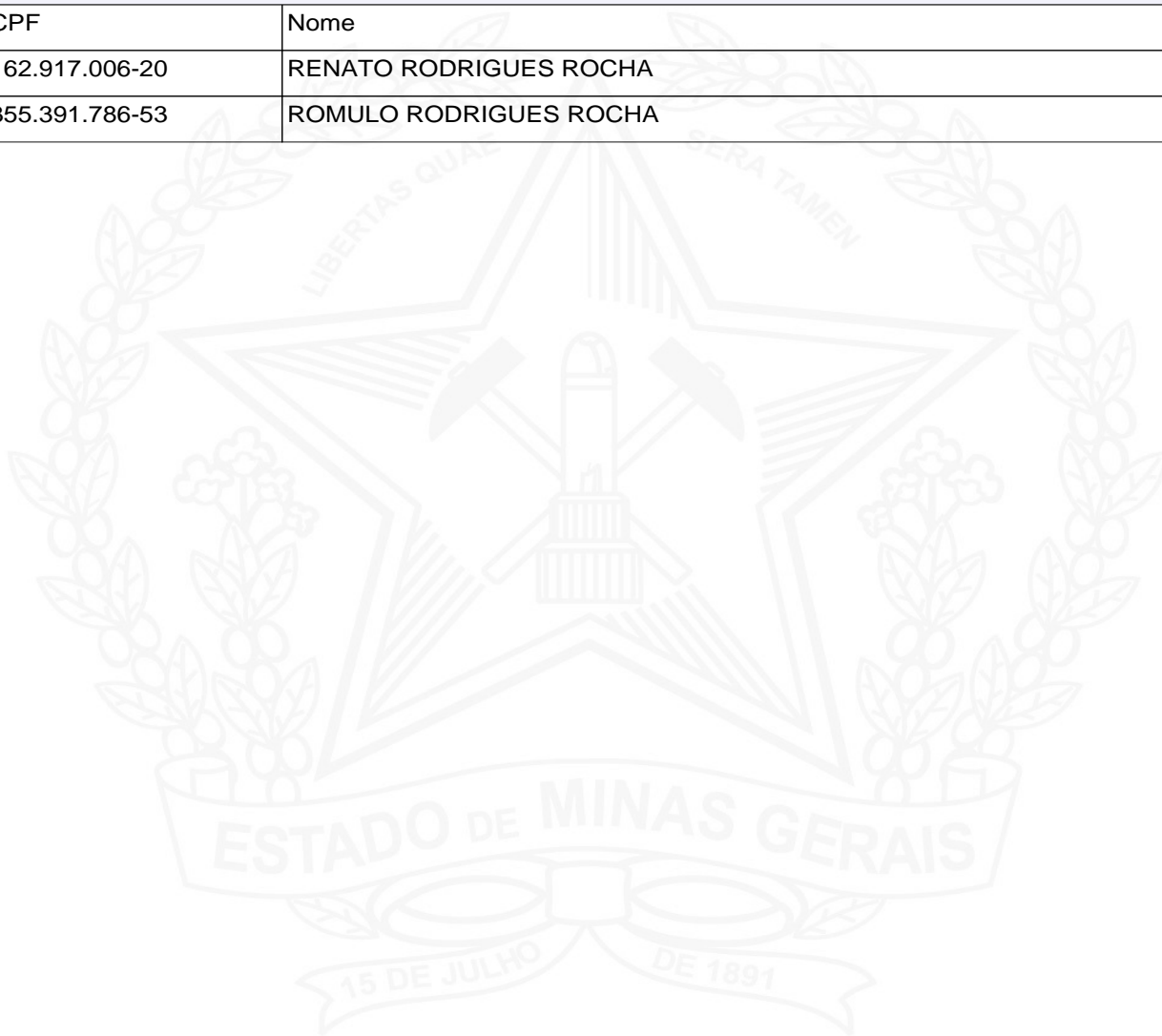
Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/517.087-3	MGP2100516388	23/06/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
162.917.006-20	RENATO RODRIGUES ROCHA
355.391.786-53	ROMULO RODRIGUES ROCHA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



KTM - ADMINISTRAÇÃO E ENGENHARIA S/A

CNPJ/MF nº 26.279.935/0001-42

NIRE nº 3130011479-1

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Realizada em 15 de junho de 2021.

DATA, HORA E LOCAL: No dia 15 de junho de 2021, às 10: 00 (dez horas), na sede social, à Rua Marabá, nº 23, Bairro Santo Antônio, CEP 30350-160, Belo Horizonte/MG, reuniram-se os acionistas representantes de 100% (cem por cento) do capital social da “KTM - Administração e Engenharia S/A.

PRESENÇA E CONVOCAÇÃO: Dispensada a publicação do Edital de Convocação, na forma do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei 6.404/76, tendo em vista a presença dos acionistas representando a totalidade das ações de emissão da sociedade, a saber:

(a) Sr. RÔMULO RODRIGUES ROCHA, brasileiro, solteiro, empresário, registrado no RG sob o nº MG- 73.977, SSP/MG, e no CPF sob o nº 355.391.786-53, residente e domiciliado em Belo Horizonte/MG, à Rua Vicente Guimarães, nº 35, ap. 1401, no Bairro Belvedere, CEP 30320-640;

(b) Sr. RENATO RODRIGUES ROCHA, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, engenheiro civil, registrado no RG sob o nº MG- 365.962, SSP/MG, e no CPF sob o nº 162.917.006-20, residente e domiciliado em Belo Horizonte/MG, à Rua Abre Campo, nº 237, ap. 1.101, Bairro Santo Antônio, CEP 30350-190.

MESA: Verificada a regularidade da Assembleia, assumiu a presidência da mesa o Sr. **RÔMULO RODRIGUES ROCHA**, secretariado pelo Sr. **RENATO RODRIGUES ROCHA**.

ORDEM DO DIA: Deliberação sobre **(a)** transformação do tipo da sociedade de Sociedade Anônima para Sociedade Empresária Limitada, nos termos do art. 220 da Lei 6.404/1976 e art. 1.113 do Código Civil; **(b)** aprovação do Contrato Social em razão da transformação ora operada, **(c)** nomeação dos administradores da sociedade; e **(d)** encerramento de filial.

DELIBERAÇÕES: Dispensada a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas, uma vez que são do inteiro conhecimento dos acionistas, foram **APROVADAS**, por unanimidade, as seguintes deliberações:

(1) APROVADA, nos termos dos artigos 220 e 221 da Lei 6.404/1976 e artigos 1.113 e 1.114 do Código Civil, a transformação do tipo da sociedade, que deixa de ser uma Sociedade Anônima, regulamentada pela lei 6.404/1976, e passa a ser uma Sociedade Empresária Limitada, regulamentada pelo Livro II da Parte Especial do Código Civil Brasileiro (Lei 10.406/2002).

Em razão desta transformação os sócios aprovam, à unanimidade, a transformação de todas as ações ordinárias e as ações preferências em quotas da sociedade, mantendo-se o valor do capital social, bem como o valor nominal de R\$1,00 (um real) por quotas. Assim, cada 1 (uma) ação ordinária será transformada em 1 (uma) quota, e cada 1 (uma) ação preferencial será transformada em 1 (uma) quota.

Desta forma, fica também deliberado que o capital social da Sociedade será de R\$23.700.000,00 (vinte e três milhões e setecentos mil reais), dividido em 23.700.000 (vinte e três milhões e setecentas mil)



KTM - ADMINISTRAÇÃO E ENGENHARIA S/A

CNPJ/MF nº 26.279.935/0001-42

NIRE nº 3130011479-1

quotas ordinárias, todas nominativas, no valor nominal de R\$1,00 (um real), distribuído entre os sócios da seguinte forma:

SÓCIO	Nº QUOTAS	VALOR (R\$)
RÔMULO RODRIGUES ROCHA	19.772.661	19.772.661,00
RENATO RODRIGUES ROCHA	3.927.339	3.927.339,00
TOTAL	23.700.000	R\$23.700.000,00

(2) **APROVADA** a minuta do Contrato Social da Sociedade que é parte integrante e anexo da presente Ata;

(3) **APROVADA** a nomeação dos Srs. **RÔMULO RODRIGUES ROCHA** e **RENATO RODRIGUES ROCHA** como sócios-administradores da sociedade.

(4) **APROVADO** o encerramento e extinção da filial da Sociedade localizada em Entre Rios/BA, na Rua Senador Eduardo Veloso, nº 274, bairro Centro, CEP 48180-000, inscrita no CNPJ sob o nº 26.279.935/0006- 57, NIRE 2990117764- 9.

ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA: Esgotada a ordem do dia, foi franqueada a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, não tendo nenhum dos presentes se manifestado, foi encerrada a reunião, lavrando-se no livro próprio a presente ata que foi assinada por todos os acionistas presentes: **RÔMULO RODRIGUES ROCHA** e **RENATO RODRIGUES ROCHA**.

Esta é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio e devidamente arquivada na sede da companhia. Assinam digitalmente o **RÔMULO RODRIGUES ROCHA**, Acionista e Presidente da mesa, **RENATO RODRIGUES ROCHA**, Acionista e Secretário da Assembleia, e advogado **MARCELO MATOS AMARO DA SILVEIRA**.

Belo Horizonte, 15 de junho de 2021.

RÔMULO RODRIGUES ROCHA
Acionista, Diretora e Presidente da AGE

RENATO RODRIGUES ROCHA
Acionista, Diretor e Secretário da AGE

MARCELO MATOS AMARO DA SILVEIRA
OAB/MG 154.224



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31212366438 em 01/07/2021 da Empresa KTM - ADMINISTRACAO E ENGENHARIA LTDA., Nire 31212366438 e protocolo 215170873 - 29/06/2021. Autenticação: 697229B4EC4E64243014CD2FB98BAE91A45A. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/517.087-3 e o código de segurança YAEM Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/07/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

Marinely de Paula Bomfim
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 4/15



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/517.087-3	MGP2100516388	23/06/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
016.578.676-09	MARCELO MATOS AMARO DA SILVEIRA
162.917.006-20	RENATO RODRIGUES ROCHA
355.391.786-53	ROMULO RODRIGUES ROCHA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31212366438 em 01/07/2021 da Empresa KTM - ADMINISTRACAO E ENGENHARIA LTDA., Nire 31212366438 e protocolo 215170873 - 29/06/2021. Autenticação: 697229B4EC4E64243014CD2FB98BAE91A45A. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/517.087-3 e o código de segurança YAEM Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/07/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

KTM - ADMINISTRAÇÃO E ENGENHARIA LTDA.

CNPJ/MF nº 26.279.935/0001-42

NIRE nº 3130011479-1

CONTRATO SOCIAL DA KTM - ADMINISTRAÇÃO E ENGENHARIA LTDA., resultante da transformação da Companhia aprovada na AGE do dia 15 de junho de 2021

Pelo presente instrumento:

RÔMULO RODRIGUES ROCHA, brasileiro, solteiro, empresário, registrado no RG sob o nº MG-73.977, SSP/MG, e no CPF sob o nº 355.391.786-53, residente e domiciliado em Belo Horizonte/MG, à Rua Vicente Guimarães, nº 35, ap. 1401, no Bairro Belvedere, CEP 30320-640; e

RENATO RODRIGUES ROCHA, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, engenheiro civil, registrado no RG sob o nº MG- 365.962, SSP/MG, e no CPF sob o nº 162.917.006-20, residente e domiciliado em Belo Horizonte/MG, à Rua Abre Campo, nº 237, ap. 1.101, Bairro Santo Antônio, CEP 30350-190.

Únicos sócios da sociedade empresária limitada denominada **KTM - ADMINISTRAÇÃO E ENGENHARIA LTDA.**, com sede na Rua Marabá, nº 23, bairro Santo Antônio, CEP 30350-160, inscrita no CNPJ sob o nº 26.279.935/0001-42 e registrada na JUCEMG sob o nº NIRE 3130011479-1, em razão da Transformação Societária aprovada, à unanimidade, na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 15 de junho de 2021, RESOLVEM celebrar o presente Contrato social da Sociedade, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CONTRATO SOCIAL

KTM - ADMINISTRAÇÃO E ENGENHARIA LTDA.

CNPJ/MF nº 26.279.935/0001-42

NIRE nº 3130011479-1

CLÁUSULA PRIMEIRA. Denominação social, sede e filial

1.1. A sociedade limitada gira sob a denominação social de “KTM - ADMINISTRAÇÃO E ENGENHARIA LTDA.” e possui sede na Rua Marabá, nº 23, bairro Santo Antônio, CEP 30350-160.

1.2. A Sociedade poderá estabelecer filiais, no território nacional ou no estrangeiro, mediante deliberação dos administradores tomada em reunião especialmente convocada para tanto, obedecendo às disposições legais vigentes. As filiais poderão ou não ter objeto social idêntico ao da matriz, ficando expressamente dispensada a necessidade de atribuição de capital social para cada uma delas.

CLÁUSULA SEGUNDA. Objeto social

2.1. A Sociedade tem por objeto social: (a) prestação de serviços no ramo da construção civil em geral, por empreitada ou por administração, compreendendo: edificações em geral, saneamento básico, obras industriais, estruturais, terraplenagem, pavimentação e demais obras complementares; (b) elaboração de projetos de consultoria técnica em engenharia civil e administração de empresas; (c) prestação de serviços de manutenção e conservação de bens móveis e imóveis; (d) organização,

Página 1 de 6



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31212366438 em 01/07/2021 da Empresa KTM - ADMINISTRACAO E ENGENHARIA LTDA., Nire 31212366438 e protocolo 215170873 - 29/06/2021. Autenticação: 697229B4EC4E64243014CD2FB98BAE91A45A. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/517.087-3 e o código de segurança YAEM Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/07/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

pág. 6/15

KTM - ADMINISTRAÇÃO E ENGENHARIA LTDA.

CNPJ/MF nº 26.279.935/0001-42

NIRE nº 3130011479-1

assessoramento nas áreas de contratação de mão-de-obra temporária ou não e colocação de pessoal à disposição de empresas; (e) serviços de limpeza urbana e gestão de aterro sanitário; (f) prestação de serviços de tratos florestais, tais como florestamento, reflorestamento e serviços de colheita manual e mecanizada; (g) a incorporação de Empreendimentos Imobiliários; (h) a compra e venda de imóveis próprios; (i) intermediação de negócios: comissão na venda de equipamentos; e (j) aluguel de imóveis próprios; (l) aluguel de máquinas; (m) aluguel de equipamentos; e (n) aluguel de veículos.

CLÁUSULA TERCEIRA. Duração

3.1. A sociedade iniciou suas atividades em 17/11/1989 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUARTA. Capital social

4.1. O capital social, totalmente subscrito e integralizado, no valor de R\$23.700.000,00 (vinte e três milhões e setecentos mil reais), dividido em 23.700.000 (vinte e três milhões e setecentas mil) quotas ordinárias, todas nominativas, no valor nominal de R\$1,00 (um real), dividido da seguinte forma:

SÓCIO	Nº QUOTAS	VALOR (R\$)
RÔMULO RODRIGUES ROCHA	19.772.661	19.772.661,00
RENATO RODRIGUES ROCHA	3.927.339	3.927.339,00
TOTAL	23.700.000	R\$23.700.000,00

4.2. As quotas sociais são impenhoráveis, sendo expressamente vedado aos sócios constituir qualquer ônus sobre as mesmas ou nomeá-las para garantia de Juízo, bem como sobre estas instituir usufruto.

4.3. Os sócios não responderão subsidiariamente pelas obrigações sociais, conforme estabelece o artigo 1054 c/c o artigo 997, VIII, do Código Civil.

CLÁUSULA QUINTA. Administração da Sociedade

5.1. A administração da sociedade caberá aos sócios administradores **RÔMULO RODRIGUES ROCHA** e **RENATO RODRIGUES ROCHA**, ambos já qualificados, os quais, isoladamente, terão poderes para praticar todos e quaisquer atos necessários ao regular funcionamento e desenvolvimento dos negócios, representando a sociedade em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, nos atos e contratos de qualquer natureza ou para qualquer finalidade, sendo permitida a outorga de procuração pelos Administradores à terceiros, sócios ou não, concedendo poderes de representação da Sociedade.

5.1.1. Caberá exclusivamente ao administrador **RENATO RODRIGUES ROCHA** a responsabilidade técnica das obras realizadas pela Sociedade.

5.2. Incluem-se dentre os poderes de administração, mas a tanto não se limitam, a representação perante a administração pública, direta ou indireta, repartições, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, federais, estaduais e municipais, terceiros em geral, notadamente em relação a bancos e quaisquer outras entidades financeiras, públicas e privadas.



KTM - ADMINISTRAÇÃO E ENGENHARIA LTDA.

CNPJ/MF nº 26.279.935/0001-42

NIRE nº 3130011479-1

5.3. É expressamente defeso aos administradores o uso da denominação social em negócios estranhos ao objeto social, bem como a prestação, pela Sociedade, de garantias reais ou fidejussórias, fianças, avais, ou outras transações que beneficiem terceiros (pessoas físicas ou jurídicas).

5.4. A Sociedade, nos termos do artigo 1.015 do Código Civil, não responderá por excesso cometido pelos administradores que venha trazer prejuízos a terceiros. Os bens componentes do acervo social respondem apenas pelos atos de gestão dos administradores da Sociedade, sem, no entanto, excluir sua responsabilidade pessoal nas hipóteses de culpa ou dolo.

5.5. Os administradores da Sociedade deverão ter, no exercício de suas funções, o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios.

5.6. Os administradores da Sociedade farão jus a uma remuneração mensal, a título de *pro labore* a ser fixada anualmente por deliberação tomada pela maioria do capital social.

5.7. Fica expressamente estabelecido que será necessária a autorização anterior, expressa e por escrito dos sócios representando a maioria simples do capital social, para a prática dos seguintes atos: (a) prestação, pela Sociedade, de garantias reais ou fidejussórias, fianças, avais, ou outras transações que beneficiem terceiros (pessoas físicas ou jurídicas); e (b) aquisição, alienação ou oneração de bens, componentes do seu ativo permanente.

CLÁUSULA SEXTA. Gestão de Compliance

6.1. Os administradores deverão nomear um profissional responsável pela função de Gestor de Compliance da Sociedade, com mandato de 3 (três) anos, podendo este ser reeleito. A função de Gestor de Compliance poderá ser atribuída a um profissional devidamente habilitado. Na ausência ou impedimento temporário do Gestor eleito, por um período maior do que 30 (trinta) dias, deverá este ser substituído mediante nova eleição.

6.2. Caberá ao Gestor de Compliance a responsabilidade pelo sistema de integridade da Sociedade, devendo, dentre outras funções: (a) propor políticas de Conformidade e Gerenciamento de Riscos para a empresa, as quais deverão ser periodicamente revisadas e aprovadas pelos administradores em colegiado, e comunicá-las a todo o corpo funcional da Sociedade; (b) verificar a aderência da estrutura organizacional e dos processos, produtos e serviços da empresa às leis, normativos, políticas e diretrizes internas e demais regulamentos aplicáveis através de auditorias, processos, participação em reuniões, recebimento de relatórios e todos os demais meios necessários para os fins designados à função; (c) comunicar aos administradores a ocorrência de ato ou conduta em desacordo com as normas aplicáveis à empresa; (d) verificar a aplicação adequada do princípio da segregação de funções, de forma que seja evitada a ocorrência de conflitos de interesse e fraudes; (e) verificar o cumprimento do Código de Ética, bem como promover treinamentos periódicos aos empregados, dirigentes da empresa e partes interessadas sobre o tema; (f) coordenar os processos de identificação, classificação e avaliação dos riscos a que está sujeita a Sociedade; (g) coordenar a elaboração e monitorar os planos



KTM - ADMINISTRAÇÃO E ENGENHARIA LTDA.

CNPJ/MF nº 26.279.935/0001-42

NIRE nº 3130011479-1

de ação para mitigação dos riscos identificados, verificando continuamente a adequação e a eficácia da gestão de riscos; (h) estabelecer planos de contingência para os principais processos de trabalho da organização; (i) elaborar o Relatório Anual de Compliance, submetendo-o aos administradores; (j) disseminar a responsabilidade de cada área da empresa nestes aspectos; e (k) outras atividades correlatas definidas pela administração.

CLÁUSULA SÉTIMA. Distribuição de resultados

7.1. Os lucros ou prejuízos poderão ser repartidos entre os sócios de forma desproporcional à sua participação, conforme acordado em reunião de sócios ou por meio de deliberação por escrito dos sócios, em conformidade com os balanços que serão elaborados em 31 de dezembro de cada ano e dentro da fixação das percentagens e condições estabelecidas pelos administradores.

7.2. Ficam os administradores autorizados a determinar o levantamento de balanços em períodos menores e, com base nos lucros apurados nos mesmos, distribuir lucros, obedecidos os limites legais.

CLÁUSULA OITAVA. Dispensa da Assembleia de Sócios Quotistas

8.1. Nos termos do §1º do art. 1.072 do Código Civil, a Sociedade fica dispensada da realização da Assembleia Geral Ordinária prevista no art. 1.078 do Código Civil. Todas as deliberações da Sociedade poderão ser tomadas mediante a realização de Reunião de Quotistas, ficando dispensadas as formalidades da lei quando tais deliberações forem tomadas por escrito pelos sócios, ou por decisão de sócios que sejam titulares de quotas representativas da maioria do Capital Social, salvo previsão legal de quórum especial.

CLÁUSULA NONA. Falecimento de Sócio Quotista

9.1. Ocorrendo o falecimento de qualquer sócio, a Sociedade não se dissolverá, cabendo aos administradores determinar o levantamento de balanço para apuração de resultados na data do óbito. Os sucessores do sócio(a) falecido(a) deverão, no prazo de 90 (noventa) dias contados da data do óbito, manifestar sua vontade de serem ou não integrados à Sociedade, aceitando os direitos e as obrigações do sócio falecido ou recebendo seus haveres apurados em balanço na data do óbito, em 10 (dez) parcelas, mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira 120 (cento e vinte) dias da data do balanço.

9.2. Se o óbito ocorrer dentro de 60 (sessenta) dias contados da data do último balanço realizado, este balanço deverá ser tomado como base para pagamento dos haveres do falecido.

CLÁUSULA DÉCIMA. Retirada do Sócio Quotista

10.1. Se qualquer Sócio se retirar da Sociedade, os seus haveres serão apurados e pagos em conformidade com a cláusula anterior, ou ainda, os sócios remanescentes poderão adquirir as quotas na proporção das que possuírem, ou então a própria Sociedade poderá adquirir, sendo o preço calculado com base no último balanço realizado, cujo pagamento se dará na forma prevista na cláusula 9.1 acima.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. Disposições Anticorrupção

11.1. A Sociedade compromete-se a adotar políticas de combate à corrupção, sendo absolutamente vedadas quaisquer ações ou omissões por seus funcionários, parceiros e colaboradores, que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei 12.846/2013, do Decreto 8.420/2015, da Lei 8.429/1992, da Lei 8.666/1993, do Código Penal brasileiro, do *Foreign Corrupt Practices Act* – FCPA



KTM - ADMINISTRAÇÃO E ENGENHARIA LTDA.

CNPJ/MF nº 26.279.935/0001-42

NIRE nº 3130011479-1

(vigente nos EUA), bem como o *UK Bribery Act* (atualmente vigente no Reino Unido), ou de quaisquer outras leis ou regulamentos ainda aplicáveis (“Leis Anticorrupção”).

11.2. São práticas vedadas aos administradores e aos funcionários, parceiros e colaboradores da Sociedade: oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao seu objeto social, ou de outra forma a ele não relacionada, empreendendo práticas para garantir, ainda, que seus prepostos e fornecedores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. Impedimentos Legais

12.1. Os sócios e administradores declaram, sob as penas da lei, que não se acham impedidos de exercer a administração da Sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, nos termos do §1º do art. 1011 do Código Civil, bem como não acham incursos na proibição de arquivamento previsto na Lei 8.934/1994.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA. Exclusão do Sócio Quotista

13.1. Quando sócios que representem mais da metade do Capital Social entenderem que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da Sociedade, poderão deliberar pela exclusão desse(s) sócio(s) da Sociedade, mediante alteração do contrato social, nos termos do artigo 1.085, do Código Civil.

13.1.1. Consideram-se atos que põem em risco a atividade da Sociedade, dentre outros:

(a) calúnia praticada contra a Sociedade ou qualquer de seus sócios ou administradores;

(b) a prática de atos que configurem concorrência desleal;

(c) abuso de poder em relação ao cumprimento deste contrato social ou da lei de regência das sociedades limitadas;

(d) a inadimplência de qualquer sócio em relação à integralização de quotas subscritas.

13.2. A exclusão de sócio somente poderá ser determinada em reunião especialmente convocada para esse fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

13.3. Os haveres do sócio excluído serão apurados e pagos em conformidade com o disposto na Cláusula Nona do Contrato Social.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. Foro

14.1. Os sócios elegem o foro da cidade de Belo Horizonte/MG para dirimir quaisquer dúvidas a respeito deste contrato, preterindo-se qualquer outro, por mais especial que seja.



KTM - ADMINISTRAÇÃO E ENGENHARIA LTDA.

CNPJ/MF nº 26.279.935/0001-42

NIRE nº 3130011479-1

E, por estarem assim justos e contratados, lavram este instrumento, em uma única via, que será assinada eletronicamente por todos os sócios e arquivada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

Belo Horizonte, 15 de junho de 2021.

RÔMULO RODRIGUES ROCHA

RENATO RODRIGUES ROCHA

Visto do Advogado:

Marcelo Matos Amaro da Silveira
OAB/MG 154.224





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/517.087-3	MGP2100516388	23/06/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
016.578.676-09	MARCELO MATOS AMARO DA SILVEIRA
162.917.006-20	RENATO RODRIGUES ROCHA
355.391.786-53	ROMULO RODRIGUES ROCHA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais





TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa KTM - ADMINISTRACAO E ENGENHARIA LTDA., de NIRE 3121236643-8 e protocolado sob o número 21/517.087-3 em 29/06/2021, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 31212366438, em 01/07/2021. O ato foi deferido eletronicamente pela 1ª TURMA DE VOGAIS.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
355.391.786-53	ROMULO RODRIGUES ROCHA
162.917.006-20	RENATO RODRIGUES ROCHA

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
355.391.786-53	ROMULO RODRIGUES ROCHA
162.917.006-20	RENATO RODRIGUES ROCHA
016.578.676-09	MARCELO MATOS AMARO DA SILVEIRA

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
355.391.786-53	ROMULO RODRIGUES ROCHA
162.917.006-20	RENATO RODRIGUES ROCHA
016.578.676-09	MARCELO MATOS AMARO DA SILVEIRA

Belo Horizonte. quinta-feira, 01 de julho de 2021



Documento assinado eletronicamente por Marcos Innecco Correa em 01/07/2021, às 17:51 conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por Scheilla Nery de Souza Queiroz em 01/07/2021, às 17:51 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](http://www.jucemg.mg.gov.br) informando o número do protocolo 21/517.087-3.





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL



Documento assinado eletronicamente por Antonio Cesar Ribeiro em 01/07/2021, às 17:51 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](http://portal.de.servicos.da.jucemg) informando o número do protocolo 21/517.087-3.

Página 2 de 2



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31212366438 em 01/07/2021 da Empresa KTM - ADMINISTRACAO E ENGENHARIA LTDA., Nire 31212366438 e protocolo 215170873 - 29/06/2021. Autenticação: 697229B4EC4E64243014CD2FB98BAE91A45A. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/517.087-3 e o código de segurança YAEM Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/07/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 14/15



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Assinado de forma digital por
MARIA RAQUEL DE SOUSA
LIMA UCHOA
COSTA:90330315668
Dados: 2022.10.11 16:38:07
-03'00'

Assinado de forma digital por
GERALDO LUIZ DE MOURA
TAVARES
Dados: 2022.10.11 17:51:33
-03'00'

Belo Horizonte. quinta-feira, 01 de julho de 2021



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31212366438 em 01/07/2021 da Empresa KTM - ADMINISTRACAO E ENGENHARIA LTDA., Nire 31212366438 e protocolo 215170873 - 29/06/2021. Autenticação: 697229B4EC4E64243014CD2FB98BAE91A45A. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/517.087-3 e o código de segurança YAEM Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/07/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

pág. 15/15



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SERRANA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº: 18.291.385/0001-59

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO

Processo nº	09/2023
Modalidade Pregão Eletrônico	06/2023
Tipo	"MENOR PREÇO GLOBAL"
Dotação Orçamentária nº	02.10.01.15.452.2601.2160.33.903900 (620) Fonte 1.500/1.704/1.759
1ª Sessão Pública	02/03/2023 até às 12h00 - Recebimento das Propostas 02/03/2023 às 13:00h – Início da sessão de disputa
TIPO DE DISPUTA	Aberto
DA PARTICIPAÇÃO:	Poderão participar desta licitação interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o respectivo objeto, cadastradas ou não na Prefeitura Municipal de Nova Serrana como fornecedor, que atendam às exigências constantes deste Edital e respectivo Termo de Referência, mediante prévio credenciamento perante o provedor do sistema eletrônico da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br .
Objeto do certame	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, DEVIDAMENTE REGULARIZADA E AMBIENTALMENTE ADEQUADA, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DE NOVA SERRANA.
Edital	O edital e anexo estão disponíveis no endereço eletrônico www.novaserrana.mg.gov.br , sem qualquer custo para obtenção.
Contatos e informações:	Denilce Elaine Ribeiro – Pregoeira Telefone (37) 3226-9072 licitacao@novaserrana.mg.gov.br



1 - PREÂMBULO

O Município de Nova Serrana, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, através da Pregoeira(o) devidamente nomeada, com anuência do PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SERRANA, no uso de suas atribuições legais torna público, para conhecimento dos interessados, a realização de LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO, destinada a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, DEVIDAMENTE REGULARIZADA E AMBIENTALMENTE ADEQUADA, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DE NOVA SERRANA**, critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, mediante designação da Pregoeira e componentes da equipe de apoio, conforme Portaria nº 003/2022 de 11 de janeiro de 2022 e 004/2021 de 12 de janeiro de 2021, nos termos da Lei 10.520/02, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº. 029/2020, de 02 de abril de 2020, regulamenta o pregão eletrônico no âmbito do Município de Nova Serrana MG, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Nova Serrana, Edição nº 1072, Lei Complementar 123/2006, conforme disposições fixadas neste Edital, respectivo Termo de Referência e anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: **até às 12:00 do dia 02/03/2023.**

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: **às 13:00 h do dia 02/03/2023.**

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br

2 – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1 - O pregão, na forma eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões – BLL, endereço eletrônico www.bll.org.br.

2.2 - Os trabalhos serão conduzidos por servidora pública da Prefeitura Municipal de Nova Serrana, nomeada para o cargo de Pregoeiro, através da **Portaria nº 003/2022 de 11 de janeiro de 2022** e assessorada por equipe de apoio, contando com apoio técnico operacional do provedor do sistema eletrônico, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações” constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões www.bll.org.br.

2.3 - As comunicações referentes ao certame serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do Município de Nova Serrana/MG, disponível para acesso no site www.novaserrana.mg.gov.br. As demais condições constam do presente edital, seus anexos e minuta do contrato.

2.4 – A licitação será realizada em único item.

2.5 – O critério de julgamento adotado é **MENOR PREÇO GLOBAL.**



2.6 - As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista na Lei Orçamentária Anual LOA – 2023, na seguinte classificação:

02.10.01.15.452.2601.2160.33.903900 (620) Fonte 1.500/1.704/1.759

2.7 – A vigência do contrato firmado **será de 12 (doze) meses.**

3 - DO OBJETO

3.1 - A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, DEVIDAMENTE REGULARIZADA E AMBIENTALMENTE ADEQUADA, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DE NOVA SERRANA.**

4 – PRAZOS E CONDIÇÕES DE ASSINATURA DO CONTRATO

4.1 – O Município poderá, na forma do artigo 62 da Lei 8.666/93, poderá substituir o contrato por outros instrumentos hábeis (carta-contrato, nota de empenho, nota de autorização de fornecimento).

4.2 – O prazo para assinatura do contrato, ou outro instrumento que o substitua, será de acordo com o item 22 deste edital.

5 – SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

5.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da adjudicatária. Não sendo aceitas as justificativas pela Administração da Nova Serrana, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar as seguintes sanções:

- a. Advertência.
- b. Multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado do contrato, pela recusa em assiná-lo no prazo máximo de 05 (cinco) dias após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93;
- c. Multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento) calculada sobre o valor total estimado do contrato, por dia de inadimplência, até o limite de 02 (dois) dias úteis, na entrega total do objeto deste, caracterizando a inexecução parcial;
- d. Multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado do contrato pela inadimplência além do prazo de 02 (dois) dias úteis, caracterizando a inexecução parcial do mesmo.
- e. No caso de negligência, imprudência e imperícia a multa será no máximo de 3% (três por cento) sobre o valor do Contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SERRANA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº: 18.291.385/0001-59

f. No caso do contrato se conduzir dolosamente durante o fornecimento, a multa será de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato.

g. No caso de abandono do fornecimento, além de outras combinações legais, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

h. Suspensão do direito de contratar e participar de licitação com a Administração Municipal de Nova Serrana-MG pelo período de até 02 (dois) anos.

5.1.1 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas na Lei Federal nº 10.520/02 e na Lei Federal nº 8.666/93, inclusive a responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração.

5.1.2 A multa deverá ser recolhida à Administração da Prefeitura Municipal de Nova Serrana no prazo máximo de 10(dez) dias corridos contados da data de recebimento da notificação.

5.2 - O valor da multa poderá ser compensado nos créditos porventura havidos junto a Administração Municipal.

5.3 – À licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa exigida, ensejar o retardamento da execução do objeto desta licitação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Nova Serrana pelo período de até (05) cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital, no contrato e nas normas legais pertinentes.

5.4 – As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

5.5 - Em qualquer hipótese e aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

6 – CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

6.1 - Poderão participar desta licitação interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o respectivo objeto, cadastradas ou não na Prefeitura Municipal de Nova Serrana como fornecedor, que atendam às exigências constantes deste Edital e respectivo Termo de Referência, mediante prévio credenciamento perante o provedor do sistema eletrônico Bolsa de Licitações e Leilões www.bll.org.br.

6.2 – Não poderá participar desta licitação o interessado que:

a) Esteja sob falência, concurso de credores, concordata ou processo de dissolução ou liquidação;

b) Não atenda às condições deste Edital, seu Termo de Referência e anexos;

c) Tenha sido declarada inidônea ou que tenha sido impedida de licitar ou contratar com quaisquer órgãos da Administração Pública;

d) Enquadre-se nas vedações previstas no art. 9º da Lei Federal 8.666/93;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SERRANA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº: 18.291.385/0001-59

- e) Tenha objeto social incompatível com o objeto desta licitação;
f) Esteja proibido de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente.

6.3 – Com finalidade comprobatória destas condições o licitante deverá anexar declaração própria ao sistema eletrônico, conforme modelo do **Anexo II** deste Edital.

6.4 – A empresa contratada deverá atender às regulamentações em vigor atinentes à autorização de funcionamento e/ou fornecimento de materiais, conforme sua área de atuação comercial, demonstrando regularidade perante órgãos fiscalizadores do governo ou de autarquias competentes, conforme o caso.

6.5 – A participação nesse pregão eletrônico impõe aos interessados apresentação de toda a documentação exigida para o respectivo cadastramento junto ao sistema eletrônico de licitações adotado (Bolsa de Licitações e Leilões www.bll.org.br).

6.6 - O licitante deverá estar credenciado de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações e Leilões, até, no mínimo, 03 (três) dias úteis antes da data de realização do pregão, conforme determinado no art. 10 do Decreto Municipal nº 029/2020.

6.7 - As microempresas ou empresas de pequeno porte, para usufruírem do tratamento diferenciado e favorecido instituído pela LC 123/2006, além da apresentação da DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO FISCAL conforme modelo constante do **ANEXO II** deverão quando do cadastramento da proposta inicial de preços a ser digitada no sistema, informar no campo próprio sua condição como empresa (ME ou EPP), estes com os documentos para habilitação.

6.8 O licitante deverá comprovar a condição de microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual no momento do seu credenciamento, com a apresentação de:

6.8.1 Se inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, a declaração de enquadramento arquivada ou a certidão simplificada expedida pela Junta Comercial ou equivalente, da sede da Microempresa e/ou da Empresa de Pequeno Porte; [A certidão expedida pela Junta Comercial será considerada válida pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da sua emissão].

6.8.1.2 Se inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, a declaração de enquadramento arquivada ou a Certidão de Breve Relato do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou equivalente, da sede da Microempresa e/ou da Empresa de Pequeno Porte.

6.8.1.3 Na hipótese do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas não emitir o documento mencionado na letra 'b' deste artigo, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/06, deverá ser apresentada, no credenciamento, declaração de porte feita pelo representante da empresa, sob as penas da lei, mediante a comprovação dessa circunstância, como apresentação do balanço patrimonial do último exercício.

7 – INFORMAÇÕES, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

7.1 - Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SERRANA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº: 18.291.385/0001-59

- 7.2 – A impugnação deverá ser realizada exclusivamente por forma eletrônica, pelo *sistema* “Bolsa de Licitações do Brasil – BLL – www.bll.org.br”;
- 7.3 - A impugnação enviada de forma eletrônica recomenda-se que a requerente faça contato telefônico para confirmar seu recebimento, (37) 3226-9072;
- 7.4 - Caberá ao(à) Pregoeiro(a), auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 7.5 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 7.6 - A data para realização do certame será mantida caso a modificação oriunda do acolhimento da impugnação não afetar a formulação das propostas.
- 7.7- Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao(à) Pregoeiro(a), até 3 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico *sistema* “Bolsa de Licitações do Brasil – BLL – www.bll.org.br”;
- 7.8 - O(A) Pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.
- 7.9 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 7.10 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.
- 7.11- As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

8 - RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

- 8.1 - As propostas deverão ser enviadas por meio eletrônico disponível no endereço www.bllcompras.org.br na opção “licitações – cadastro de proposta”, desde a divulgação da íntegra do Edital no referido endereço eletrônico, até o dia e horário previsto no preâmbulo para abertura da sessão pública, devendo o licitante, para formulá-las, **assinalar a declaração de que cumpre integralmente os requisitos de habilitação constantes no edital.**
- 8.2 - O licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa, conforme disposto na folha de rosto.
- 8.3 - O licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SERRANA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº: 18.291.385/0001-59

8.4 - Cada representante credenciado poderá representar apenas um licitante, em cada pregão eletrônico.

8.5 - O envio da proposta vinculará o licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

8.6 - O licitante deverá fazer constar em sua proposta, a marca do produto ou a procedência de forma clara e sem abreviatura, sob pena de desclassificação do item.

8.6.1 - A cotação de duas marcas, dois modelos ou duas procedências para o mesmo item ou opcional de modelos, marcas ou procedências, gerará a desclassificação do item.

8.7 – Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão nos termos do art. 26 § 6º do Decreto Municipal 029/2020, momento em que não poderão mais promover alterações.

9 - REFERÊNCIA DE TEMPO

9.1 - Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão virtual do pregão eletrônico, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

10 – CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES BLL

10.1 - O certame será conduzido pela Pregoeira, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as atribuições enumeradas no Decreto Municipal nº 029/2020, com apoio técnico operacional da provedora do sistema eletrônico.

10.2 - A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações e Leilões, a qual por meio de seu operador designado indicará implícito conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

10.3 - O acesso do operador ao pregão, para efeito de registrar a proposta e dar lances em nome da licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

10.4 - A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Município de Nova Serrana MG.

10.5 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de Nova Serrana - MG a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.



10.6 - O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

10.7 – No ato do credenciamento, caberá ao licitante demonstrar a sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme item 6.8 deste edital.

11 - DA PARTICIPAÇÃO

11.1 A participação neste pregão eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente registro da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico observados:

- data e horário limite estabelecidos neste instrumento convocatório.

11.2 - Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

11.3 - É vedado ao licitante identificar-se em sua proposta ao lançá-la no sistema ou no decorrer da sessão do pregão, sob pena de desclassificação.

11.4 - Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: Curitiba-PR (41) 3042-9909 e 3091-9654, ou através da Bolsa de Licitações e Leilões ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

12. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES.

12.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

12.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, **contenham vícios insanáveis** ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

12.2.1. Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante**.

12.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

12.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SERRANA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº: 18.291.385/0001-59

12.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

12.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

12.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

12.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total/unitário do item ou percentual de desconto.

12.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

12.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

12.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor **oferta deverá ser 1% (Um por cento)**, conforme disposto no parágrafo único do artigo 31 do Decreto Municipal nº. 29/2020.

12.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

12.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

12.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

12.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

12.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

12.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

12.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

12.16. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática,



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SERRANA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº: 18.291.385/0001-59

junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

12.17. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

12.18. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

12.19. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

12.20. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

12.21. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais não seguidas de lances.

12.22. Havendo eventual empate entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

12.22.1 no país;

12.22.2. por empresas brasileiras;

12.22.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

12.22.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

12.23. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.



12.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

12.24.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.24.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

12.25 – Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecerem acessíveis aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

12.26 – Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridos vinte e quatro horas após a comunicação dos fatos aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

12.27 - Caso a licitante melhor classificada não apresente sua proposta na forma e prazo constante do item 12.24.2, ficará impedida de licitar e contratar com o Município nos termos do art. 49 V do Decreto Municipal nº 29/2020.

12.28. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

13.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 39 do Decreto Municipal nº 29/2020.

13.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

13.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SERRANA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº: 18.291.385/0001-59

13.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

13.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

13.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, via e-mail, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta, conforme disposto no art. 43 § 2º do Decreto Municipal nº. 029/2020.

13.6. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

13.6.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

13.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

13.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

13.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

13.9.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

13.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

13.10. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

13.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.



13.12 – Caso o licitante vencedor não cumpra com o estipulado neste Edital poderá ser convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, para contratação, desde que aceite as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor inclusive quanto ao preço.

13.13 – As penalidades previstas em lei e neste Edital não se aplicam aos licitantes que forem convidados nos termos do subitem anterior.

14. PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

14.1 - O registro de proposta no sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.

14.2 - A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

14.3 - No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informadas no campo próprio as especificações dos produtos/serviços ofertados. A não inserção de arquivos ou informações contendo as especificações dos produtos neste campo implicará na desclassificação da empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta.

14.4 - O objeto deverá estar totalmente e estritamente dentro das especificações contidas neste edital.

6.1 – O licitante deverá enviar sua proposta mediante preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) Razão social completa da licitante e número de inscrição no CNPJ/MF, que serão os mesmos constantes da documentação de habilitação e das faturas apresentadas por ocasião dos pagamentos, caso seja vencedora do certame;
- b) Preço para a execução dos serviços, indicado em moeda corrente nacional, expresso em algarismos e por extenso, devendo estar inclusas todas as despesas concernentes à mão de obra, material, tributos, serviços de terceiros, obrigações trabalhistas e previdenciárias, transporte, alimentação, ferramentas, equipamentos, maquinarias, seguros, licenças, ligações provisórias e demais despesas que se façam necessárias à execução, do objeto ora licitado;
- c) Planilha de composição de preços unitários;
- d) Planilha de composição do BDI utilizado;
- e) Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data prevista para a entrega das propostas, conforme artigo 64, § 3º, da Lei n.º 8.666/93.

15. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

15.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SERRANA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº: 18.291.385/0001-59

15.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

15.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

15.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

15.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

15.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

15.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

15.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

15.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

15.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

15.7 Caso a licitante melhor classificada não apresente sua proposta na forma e prazo constante do item 15.1, ficará impedida de licitar e contratar com o Município nos termos do art. 49 V do Decreto Municipal nº 29/2020.

16. DO PAGAMENTO, REAJUSTE E REEQUILIBRIO

16.1 – A Nota Fiscal/Fatura e os tickets de pesagem originais deverão ser apresentada no seguinte endereço: Rua João Martins do Espírito Santo, 12, Bairro Park Dona Gumercinda Martins, Nova Serrana/MG.

16.2 O Município de Nova Serrana efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo, através de crédito em conta bancária previamente informada, ou mediante pagamento através da Tesouraria Municipal.

16.3 O licitante adjudicado deverá entregar junto com a Nota Fiscal/Fatura o Certificado de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal, Certidão Negativa



de Débito para com o INSS, Certidão Negativa de Débitos Tributários, Certidão Negativa Estadual e Certidão Negativa Municipal; todas em dia.

16.4 O Município, identificando qualquer divergência na nota fiscal, deverá devolvê-la adjudicatária para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado acima será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.

16.5 – Os pagamentos são realizados por meio de depósito bancário, razão pela qual a empresa deverá informar nas Notas Fiscais seus dados bancários e o número da Ordem de Compra que vier a ensejar o(s) futuro(s) fornecimento(s).

16.6 – As despesas correspondentes à execução do objeto contratado ocorrerão por conta das Secretarias Municipais requisitantes, por meio da dotação Orçamentária especificada, conforme elemento(s) de despesa(s) discriminado(s) a seguir:

02.10.01.15.452.2601.2160.33.903900 (620) Fonte 1.500/1.704/1.759

16.7 – O pagamento poderá ser retido mediante o cumprimento irregular do contrato.

16.8 – Os preços contratados não sofrerão reajuste, em atendimento as determinações da Lei Federal 9.069/95 e Lei Federal 10.192/01, em contrato com vigência de até doze meses, admitindo-se, assim, reajuste apenas em caso de vigência superior a doze meses, considerando, neste caso, inclusive as prorrogações, na forma definida pela legislação própria.

16.9 – Os valores constantes neste objeto poderão ser revistos mediante solicitação da contratada com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma do art. 65, inciso II, alínea “d” da Lei Federal 8.666/93, mediante efetiva comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato.

17 HABILITAÇÃO

17.1 - Os documentos relativos à habilitação, que não possuem prazo de validade, deverão ter sido expedidos no máximo com antecedência de noventa dias da data da abertura da sessão virtual.

17.2 – Para habilitação as licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

17.2.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Prova de registro, na Junta Comercial, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, compreendendo: contrato de constituição e todas as alterações havidas após a constituição da empresa, tudo devidamente registrado quando a lei assim o exigir, sendo facultada a apresentação da última consolidação contratual e alterações posteriores, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhada de documentos de eleição de seus administradores.



b) Prova de inscrição, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, do ato constitutivo (e alterações), no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

17.2.2 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

b) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Dívida Ativa da União e INSS (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, fornecidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, respectivamente, em conjunto, nos termos da IN RFB n.º 734/2007 e do Decreto n.º 6.106/2007). A certidão conjunta PGFN/RFB será emitida em nome do estabelecimento matriz, ficando condicionada à regularidade fiscal de todos os estabelecimentos filiais, conforme disposto no §1º do art. 1º da IN/RFB n.º 734/2007;

c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou do Distrito Federal (Certidão Negativa de Débito);

d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal (Certidão Negativa de Tributos Mobiliários e Imobiliários);

e) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

f) Comprovação de inexistência de débitos trabalhistas (CNDT) – documento fornecido pela Justiça do Trabalho emitida com base no art. 642 – A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei n.º 12.440/2011.

No caso de licitante que pretenda executar o objeto desta licitação por meio de filial, deverá apresentar todas as certidões tanto desta (filial) como também da matriz. Se a filial responsável pela execução do objeto for de outro Estado, existindo filial no local da realização da licitação, deverão ser apresentadas certidões da matriz e de ambas as filiais.

OBSERVAÇÃO - São válidas para comprovação de regularidade as certidões positivas com efeito de negativas expedidas pelos respectivos órgãos.

17.2.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. Nas hipóteses em que a certidão de recuperação judicial ou extrajudicial



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SERRANA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº: 18.291.385/0001-59

fornecida for positiva, deve a licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

b) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, assinado por profissional devidamente e regularmente habilitado (contador), registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, admitida, quando aquelas peças de escrituração contábil estiverem encerradas há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, a atualização pelo ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou por outro indicador que o venha a substituir;

c) Serão considerados aceitos, na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

c.1.) Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (Sociedade Anônima – S/A):

- registrados e arquivados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
- publicados em Diário Oficial; e
- publicados em jornal de grande circulação; ou
- por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

c.2.) Sociedades por cotas de responsabilidade limitada (LTDA):

- por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro Órgão equivalente; ou
- por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.
- Apresentada por meio do sistema público de escrituração digital-SPED, sendo comprovada a autenticação dos livros pelo recibo de entrega emitido pelo SPED, de acordo com o disposto no art. 78-A do decreto nº 1.800/1996 com a redação determinada pelo decreto nº 8.683/2016

c.3.) Sociedade criada no exercício em curso:

- por fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta comercial da sede ou domicílio da licitante.

d) A **comprovação da boa situação financeira** da licitante será atestada por documento assinado por profissional legalmente habilitado demonstrando que a empresa apresenta “Índice de Liquidez Geral (LG)”, “Índice de Solvência Geral (SG)” e “Índice de Liquidez Corrente (LC)”, segundo os valores e fórmulas de cálculo abaixo indicados:

Índice de Liquidez Corrente (ILC) IGUAL OU SUPERIOR A 1,00, calculado pela fórmula abaixo:

$$ILC = \frac{AC}{\quad}$$



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SERRANA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº: 18.291.385/0001-59

PC

Índice de Solvência Geral (SG) IGUAL OU SUPERIOR A 1,00, calculado pela fórmula abaixo:

$$SG = \frac{AT}{C + PELP}$$

Índice de Liquidez Geral (ILG) IGUAL OU SUPERIOR a 1,00, calculado pela fórmula a seguir:

$$ILG = \frac{A_{RLP}}{P_{ELP}}$$

e: = Ativo Circulante
 = Passivo Circulante

 P = Ativo Realizável a Longo Prazo

 P = Passivo Exigível a Longo Prazo

 = Ativo Total

d.1) Para fins de cálculo dos índices referidos anteriormente, as licitantes deverão utilizar duas casas após a vírgula, desconsiderando-se as demais, sem arredondamento;

d.2) As fórmulas acima apontadas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço, devidamente assinado pelo contador da licitante;

d.3) Se necessária à atualização do balanço e do patrimônio líquido, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.

d.4) JUSTIFICATIVA ÍNDICES CONTÁBEIS – os índices financeiros indicados neste edital são usuais de mercado e não caracterizam restrição à participação, de acordo com a jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (Representação n. 775.293. Rel. Conselheira Adriene Andrade. Sessão do dia 17/03/2009; Recurso Ordinário 808.260. Rel. Conselheira Adriene Andrade. Sessão do dia 01/06/2011 Tribunal Pleno).

d.4.1) Comprovação, na data de abertura da licitação, de **PATRIMÔNIO LÍQUIDO**, apurado no balanço do último exercício e validado por profissional habilitado, de, no mínimo, equivalente a 10% (dez por cento) **do valor estimado da licitação**, de acordo com o artigo 31, § 3º, da Lei nº 8.666/93 **(exigida somente no caso de a licitante apresentar resultado inferior a 1 (um) nos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral)**.

17.2.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

17.2.4.1. Certidão de Registro e quitação expedido pelo CREA — Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia ou CAU — Conselho de Arquitetura e Urbanismo, da Pessoa Jurídica participante da Licitação, bem como do (s) Responsável (is) Técnico (s) que faz (em) parte do acervo Profissional de referida empresa e que ira (ão) participar direta ou indiretamente da execução dos serviços.



17.2.4.2 - Atestado de Capacidade Técnico-Profissional em nome do (s) Responsável Técnico RT da empresa licitante que se responsabilizará pela prestação dos serviços, como a indispensável comprovação de que este faz parte do quadro da empresa, acompanhado de Certidão de Acervo técnico (CAT), emitido pela entidade profissional competente, sistema CREA/CONFEA ou CAU, comprovando que a mesma executou serviços de característica semelhantes, limitadas as parcelas de maior relevância e valor significativo do serviço licitado. O atestado ou certidão deverá ser apresentado preferencialmente em papel timbrado, devidamente assinado, contendo a indicação do representante que o subscreve e a data da prestação dos serviços.

17.2.4.3 - Comprovante de registro de Certificado de Regularidade expedido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA da empresa e do técnico responsável, referente a comprovação de cadastramento da licitante proponente no cadastro técnico Federal de Atividades Poluidoras.

17.2.4.4 - Equipe Técnica composta de funcionários aptos a prestar todos os serviços do objeto do edital, composto de Responsável Técnico, Motorista e Operadores Tratoristas. Comprovar vínculo entre equipe técnica e empresa licitante. **Devendo apresentar cópia da Carteira de Trabalho (CTPS) ou Ficha de Registro de Empregado (FRE) ou Contrato de Prestação de Serviços, que demonstrem o vínculo do profissional com a empresa. Para o dirigente da empresa, tal comprovação poderá ser feita através da cópia da Ata da Assembleia que a investidura no cargo ou no Contrato Social em vigor;**

17.2.4.5 – Deverão ser considerados os atestados de maior relevância e valores significativos, aqueles cujos serviços e obras contemplem:

17.2.4.5.1 - Disposição final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos em Aterro Sanitário Classe II.

17.2.4.5.1.1 - A exigência de comprovação da execução do item anterior justifica-se pelo fato de corresponder a parcela de maior relevância técnica dos serviços a serem prestados.

17.2.4.5.1.2 - No caso de atestados emitidos por empresa de iniciativa privada, não serão considerados os emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa emitente e da empresa proponente.

17.2.4.5.2 - Serão considerados como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente, ou que tenham pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa emitente e da empresa proponente.

17.2.4.5.3 - Licença ambiental em nome da licitante expedida pelo órgão ambiental competente para Disposição Final de Resíduos Classe II em aterro sanitário.

17.2.4.5.3.2 - Declaração Formal de Disponibilidade dos veículos, máquinas e equipamentos considerados essenciais para o cumprimento do objeto licitado.

17.2.4.5.2.3 - Em caso de subcontratação do transporte dos resíduos sólidos, a licitante deverá apresentar contrato de prestação de serviços em vigor, mantida a responsabilidade da licitante, inclusive com relação a qualidade técnica dos serviços.



17.2.4.5.2.4 - Para o transporte dos resíduos sólidos urbanos deverá a licitante apresentar documentação pertinente à atividade do transportador, ainda que tal serviço seja terceirizado.

17.2.4.5.2.5 – A documentação a que se refere o item anterior compreenderá a apresentação de:

a) Licenciamento ou Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental emitido pelo órgão ambiental competente para transporte de resíduos Classe II.

b) Licenciamento ou Declaração de Dispensa de Licenciamento Sanitário Estadual emitido pelo órgão competente para transporte de resíduos Classe II.

c) Licenciamento ou Declaração de Dispensa de Licenciamento emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar para transporte de resíduos Classe II.

17.2.4.5.2.6 – A empresa vencedora da licitação deverá dispor de aterro sanitário regularmente licenciado, estritamente de acordo com a legislação ambiental vigente de abrangência federal (Resoluções do Conselho nacional de Meio ambiente — CONAMA), estadual (deliberações normativas do Conselho Estadual de Meio ambiente de Minas Gerais — COPAM e eventualmente municipal (normas ambientais específicas do município em que esteja localizado o empreendimento).

OBS - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital, fundamentadamente arguida.

17.3 - As licitantes ME ou EPP, nos termos da LC 123/2006, deverão comprovar essa condição mediante apresentação de certidão expedida pela Junta Comercial de seu domicílio, conforme art. 8º da IN 103 do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30/04/2008, certidão essa que deverá ser encaminhada ao Pregoeiro junto com os documentos de habilitação.

17.3.1- Tratando-se de sociedade simples, não inscrita na Junta Comercial, a comprovação da qualidade de ME e EPP poderá ser auferida conforme disposto na Lei Complementar 123/2006, art. 3º, incisos I e II, e parágrafos 1º, 2º e 10º, observando-se, ainda, as exceções previstas no parágrafo 4º do mesmo artigo.

17.3.2 - A ME ou EPP que participar deste Pregão Eletrônico deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de **comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.**

17.3.2.1 DEMAIS DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS:

a) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (conforme modelo do **ANEXO II**);

b) Declaração de inidoneidade (conforme modelo do **ANEXO II**).



17.5 DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

17.5.1 – Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, encerrada a fase de habilitação, o licitante será declarado vencedor.

17.5.2 – Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, apresentá-los vencidos ou em desacordo com o estabelecido neste Edital.

17.5.3 – Nos itens não exclusivos a MPE, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123/06, seguindo e a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

17.6 – OBSERVAÇÕES:

No caso de licitante que pretenda executar o objeto desta licitação por meio de filial, deverá apresentar todas as certidões tanto desta (filial) como também da matriz. Se a filial responsável pela execução do objeto for de outro Estado, existindo filial no local da realização da licitação, deverão ser apresentadas certidões da matriz e de ambas as filiais.

18 – RECURSOS

18.1 - Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como MPE, se for o caso, será concedido o prazo de **30 (trinta) minutos** para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, indicando a(s) decisão(ões) contra a(s) qual(is) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

18.2 - Havendo quem se manifeste, caberá ao pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente, sem adentrar no mérito recursal.

18.3 - A falta de manifestação motivada quanto à intenção de recorrer importará decadência do direito.

18.4 - Uma vez admitido o recurso, será aberto ao recorrente o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em igual prazo de três dias, que fluirá a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

18.5 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.6 - Os interessados terão vista franqueada dos autos do processo no endereço constante deste Edital.



19. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

19.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

19.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

19.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

19.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados por meio do sistema eletrônico (“*chat*”), *e-mail*, para acompanhar a sessão reaberta, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

19.3 - A convocação feita por *e-mail* dar-se-á de acordo com os dados contidos nos documentos de habilitação e/ou cadastros oficiais, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

20 - ADJUDICAÇÃO

20.1 - A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, por parte das licitantes importará na decadência do direito recursal, competindo a Pregoeira adjudicar o objeto do certame.

20.2 – Ocorrendo a interposição de recursos, caberá a autoridade superior a adjudicação da licitação.

21 HOMOLOGAÇÃO

21.1 - Compete ao Prefeito Municipal de Nova Serrana MG ou ao Secretário requisitante, por delegação daquele, a homologação da licitação.

21.2 - A partir do ato de homologação será fixado o início do prazo de convocação do(a)s proponente(s) adjudicatário(a)s para assinar o contrato, respeitada a validade de sua(s) proposta(s).

22 DO CONTRATO

22.1 - O licitante adjudicatário deverá comparecer para assinatura do CONTRATO OU DOCUMENTO EQUIVALENTE, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da efetiva convocação expedida pelo Pregoeiro, através de publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município de Nova Serrana/MG, no site www.novaserrana.mg.gov.br.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SERRANA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº: 18.291.385/0001-59

22.1.1 - O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez por igual período, quando solicitado durante seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo Pregoeiro.

22.1.2 - Para a assinatura DO CONTRATO, a Pregoeira verificará a manutenção da regularidade fiscal da adjudicatária. A perda da regularidade fiscal impede a assinatura e determina a decadência do direito da adjudicatária de fazê-lo.

22.1.3 – **O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses**, contados a partir da sua publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município de Nova Serrana MG, no site www.novaserrana.mg.gov.br.

22.2 - A recusa injustificada em assinar o(s) contrato(s) ou aceitar/retirar o(s) instrumento(s) equivalente(s) dela decorrente(s), observado o prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida por parte da(s) proponente(s) adjudicatária(s), sujeitando-a(s) às sanções previstas nesse edital, na Lei 10.520/02 e lei 8.666/93.

22.3 – O fornecimento, forma, prazos, local de entrega e demais informações, constam do Termo de Referência anexo a este edital, parte integrante do mesmo.

22.4 - O licitante vencedor é responsável pela qualidade do objeto e está obrigado ao fornecimento das marcas propostas e aceitas pela administração municipal

22.5 – Os preços fixados são fixos e irrevogáveis admitindo-se, no entanto, a manutenção do equilíbrio econômico financeiro, nos exatos termos do disposto no art. 65, inciso II, alínea “b”, da Lei 8.666/93.

22.6 - Os contratados obrigam-se a aceitar acréscimos e decréscimos, nos termos do disposto no §1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

22.7 – O prazo para assinatura do contrato, ou outro instrumento que o substitua, é de 10 (dez) dias úteis, contados da data da intimação específica, sob pena de o adjudicatário decair do direito de fazê-lo e incorrer em multa de até 5% do preço total estimado para contratação.

22.8 – Decorrido o prazo de assinatura sem manifestação do adjudicatário, é facultado ao Município convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços, devidamente atualizados, se for o caso, ou revogar a licitação.

22.9 - Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão para a assinatura do Contrato, a Administração poderá encaminhá-la mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) **ou meio eletrônico**, para que seja assinada e devolvida no prazo de **até 10 (dez) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento, cujo prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, a juízo da Administração, quando solicitado pelo licitante vencedor antes de seu término.

22.10 Relação explícita do(s) motorista(s) apto(s) para transporte de resíduos perigosos, acompanhada do Certificado para movimentação e operação para produtos perigosos (MOOP),



de cada motorista responsável pela coleta, emitida pelo órgão competente, tendo como prazo de validade de 05 (cinco) anos, devidamente regulamentado, pelo artigo 145 da Lei nº 9.503/07, Decreto 96.044/88, Resolução 168/04 do CONTRAN;

22.11 Comprovação de que os motoristas relacionados no item 22.10 fazem parte do quadro permanente de pessoal da licitante mediante comprovante de vínculo empregatício permanente (CLT ou RE) com a empresa licitante e carteira de habilitação na categoria “C”, “D” ou “E”;

22.12- Prestar declaração por escrito e assinada pelo representante legal da empresa informando que, para a assinatura do contrato com a administração, apresentará em até 10 (dez) dias para aprovação a subcontratação conforme item 27 deste edital.

23 OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO:

23.1 Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidade ou subcontratação não autorizadas pela contratante.

23.2 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, obrigando-se atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do serviço.

23.3 Comunicar imediatamente, por escrito a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para adoção das providências cabíveis.

23.4 Observar as normas legais de segurança a que está sujeita a atividade contratada.

23.5 Assumir a total responsabilidade por todos os serviços previstos neste Termo de Referência.

23.6 Ser responsável por quaisquer encargos, de natureza civil, fiscal, comercial, trabalhista ou previdenciária, decorrentes da execução dos serviços contratados, cumprindo ao órgão contratante tão somente, o pagamento do preço na forma acordada.

24 OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE:

24.1 Incumbe ao contratante:

24.1.1 Acompanhar, fiscalizar, conferir avaliar os serviços e as obrigações da licitante vencedora, bem com atestar na nota fiscal/fatura a efetiva entrega do objeto contratado e o seu aceite, através de servidor designado pela autoridade competente;

24.1.2 Efetuar o pagamento na forma convencional nos termos deste edital;

24.1.3 Não permitir que outrem cumpra com as obrigações a que se sujeitou a licitante vencedora;

24.1.4 Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;

24.1.5 Aplicar à contratada as sanções regulamentares e contratuais, em consonância com as normas legais, em caso de descumprimento contratual.



25 – DOS ILÍCITOS PENAIS

25.1 – As infrações penais tipificadas na Lei 14.133/2021 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

26 – DOS SERVIÇOS

26. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

26.1 Os serviços serão executados segundo as normas fixadas pela ABNT, deliberações normativas e resoluções vigentes do CONAMA e COPAM-MG, bem como legislações pertinentes sobre o tema gestão integrada de resíduos sólidos e atenderão, necessariamente, às especificações, detalhes e critérios genéricos de medição contidos neste projeto básico.

26.1.2 Legislação, Normas Técnicas e Resoluções CONAMA e COPAM pertinentes sobre o tema gestão integrada de resíduos sólidos.

- Lei N.º 2.983/2021 Institui Plano Municipal Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e de Saneamento Básico de Nova Serrana e dá outra providência
- Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei 12.305/2010 e Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022.
- Política Estadual de Resíduos Sólidos – Lei nº 18.031, de 12 de janeiro de 2009.
- Política Estadual de Saneamento Básico - Lei nº 11.720, de 28 de dezembro de 1994 e Decreto nº 45.137, de 16 de julho de 2009.
- ABNT NBR 10004 – Classificação de resíduos sólidos
- ABNT NBR 11174 - Armazenamento de resíduos classes II - não inertes e III – inertes.
- Deliberação Normativa COPAM nº 180, de 27 de dezembro de 2012.

26.2 Especificações do objeto

26.2.1 A execução dos serviços a serem contratados compreenderá rigorosamente as características seguintes transporte e disposição final dos resíduos sólidos urbanos do município de Nova Serrana.

26.2.2 Processos de gerenciamento de resíduos sólidos

O processo de gerenciamento de resíduos sólidos se inicia com a coleta realizada por caminhões coletores. Após a coleta, os resíduos sólidos serão levados através dos próprios caminhões coletores até a estação de transbordo e transferidos para as caçambas modelo *Roll on Roll off*. Após carregadas, as caçambas serão instaladas em caminhões ou carretas. Os



mesmos serão pesados e transportados até o local de disposição final licenciado, encerrando assim a referida cadeia.

26.2.3 Transporte de resíduos sólidos

26.2.3.1 O percurso de transporte será da estação de transbordo de resíduos sólidos urbanos até o local onde será dado o destino final dos resíduos, a ser escolhido pela licitante vencedora (em aterro sanitário devidamente licenciado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD de Minas Gerais, por meio de suas unidades administrativas: Superintendências Regionais de Meio Ambiente – SUPRAMS).

26.2.3.2 O trajeto entre a estação de transbordo e o local de disposição final (Aterro Sanitário) deverá corresponder ao menor percurso possível, pelas vias em condições de melhor trafegabilidade, compatíveis com a intensidade de tráfego necessário.

26.2.3.3 A licitante vencedora deverá propor trajeto de transporte de resíduos, mediante avaliação e aprovação da fiscalização da CONTRATANTE. A aprovação da fiscalização do CONTRATO para um novo trajeto não substituirá o compromisso da licitante vencedora com o trajeto pré-definido. Ressalta-se que a elaboração da logística para transporte será de inteira responsabilidade da licitante vencedora.

26.2.3.4 A licitante vencedora ficará responsável pelo transporte dos resíduos sólidos da estação de transbordo até a disposição final licenciada. O transporte deverá ser realizado, de segunda-feira a sábado, incluindo feriados.

26.2.3.5 No itinerário a ser apresentado pela licitante vencedora, deverá constar todas as vias de tráfego a serem utilizadas para o transporte dos resíduos da estação de transbordo até o Aterro Sanitário indicado, com percurso de ida e volta e respectivas quilometragens, devendo o ciclo ser completo.

26.2.3.6 O transporte dos resíduos da estação de transbordo até ao local de disposição final (Aterro Sanitário) deverá ser realizado por unidades de transporte (unidade de tração, unidade de carga e condutor), com capacidade volumétrica compatível com a geração de resíduos prevista nesse projeto básico, sendo permitidas unidades de carga articuladas e unidades de carga com comprimento superior a 10 m (dez metros), desde que haja autorização do órgão responsável pela liberação da trafegabilidade nas rodovias que fazem parte do trajeto apresentado (atender limites especificados na legislação vigente e resoluções do CONTRAN).

26.2.3.7 A Capacidade Máxima da unidade de tração deverá ser compatível com o PBTC do conjunto ofertado. Para efeitos do dimensionamento da unidade de transporte e tendo em vista a variabilidade da composição do RSU, considera-se:

- $PBTC = Tara + (V \times Mem)$, onde:
- PBTC = Peso Bruto Total Combinado do conjunto ofertado;
- Tara = Tara do conjunto ofertado;
- V = Capacidade Volumétrica da unidade de carga;
- Mem = Massa específica máxima estimada, com valor de 0,4 ton/m³.

Considerando a relação acima, a licitante vencedora deverá seguir as condicionantes referentes à relação entre o PBTC máximo, a massa específica máxima estimada dos resíduos e a Capacidade Volumétrica das unidades de carga (V), ficando comprometida a apresentar



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SERRANA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº: 18.291.385/0001-59

unidades de transporte com tara compatível a estas condicionantes, sendo que não serão permitidos veículo com capacidade de carga inferior a 20 ton.

26.2.3.8 O equipamento deverá se adequar à altura do nível superior da estação de transbordo e, portanto, não deverá possuir altura superior a 4 m (quatro metros). A contratante isenta-se de quaisquer responsabilidades quanto à impossibilidade de entrada e/ou manobra das unidades de transporte dentro da estação de transbordo.

26.2.3.9 A unidade de carga deverá possuir sistema que garanta a estanqueidade e capacidade de armazenamento de líquidos lixiviados durante o transporte, específica para transporte de resíduos sólidos urbanos, evitando o derramamento dos líquidos transportados em vias e logradouros públicos.

26.2.3.10 A unidade de carga deverá dispor e transitar com sistema de cobertura.

26.2.3.11 Deverão ser utilizadas unidades de transporte em perfeitas condições de tráfego, cumprindo a legislação de trânsito vigente, especialmente em relação à carga máxima permitida por eixo e à carga nominal da unidade de tração, com motores regulados de forma a reduzir as emissões atmosféricas, sendo imprescindível a utilização de práticas de direção defensiva por parte dos motoristas, a fim de minimizar acidentes com danos ambientais, materiais ou pessoais.

26.2.3.12 As Unidades de Transporte deverão ser mantidas em perfeito estado de conservação quanto as partes mecânicas, de funilaria, pintura, sistema elétrico e atenderem integralmente a legislação do CONTRAN.

26.2.3.13 Deverá ser previsto para as unidades de carga, materiais de limpeza e sinalização para eventuais acidentes com derramamento de resíduos em vias públicas, tais como: pá, vassourão e cones de sinalização de pista.

26.2.3.14 Todos as UC (unidades de carga) deverão ser lavadas periodicamente e não poderão ser carregadas acima de sua capacidade volumétrica, não sendo permitido sob hipótese alguma o coroamento de carga. Além disso, deverá ser realizada inspeção veicular semestral da unidade de transporte.

26.2.3.15 Os veículos deverão ser equipados com sinalização sonora para marcha à ré.

26.2.3.16 A licitante vencedora deverá apresentar e manter atualizada a descrição das unidades de transporte, com as seguintes informações:

- Tipo;
- Peso Bruto Total Combinado (PBTC) da unidade de transporte (ton);
- Potência da unidade de tração (cv);
- Número de eixos das unidades de tração e carga;
- Capacidade volumétrica das unidades de carga (m³);
- Capacidade de carga líquida da unidade de tração (t);
- Dimensões da unidade de transporte (largura, altura e comprimento da unidade de carga, de tração e do conjunto);
- Peso (tara) do conjunto da unidade de tração e unidade de carga (t);
- Marca;
- Ano de fabricação da unidade de tração e da unidade de carga;
- Placa da unidade de tração e da unidade de carga;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SERRANA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº: 18.291.385/0001-59

• n.º do chassi da unidade de tração e da unidade de carga.

26.2.3.17 A idade máxima das unidades de tração e de carga não deverá ser superior a 6 (seis) anos. Em caso de necessidade de substituição de alguma unidade, durante a vigência do contrato, o equipamento apresentado deverá ter idade igual ou inferior à unidade substituída. Em nenhum momento podem ser descumpridas as demais condições determinadas à frota no presente projeto básico.

26.2.3.18 O dimensionamento da frota de transporte, deverá levar em consideração, no mínimo, as seguintes variáveis:

- a) Deslocamento entre a estação de transbordo e o aterro sanitário indicado (ciclo completo, de ida e volta, em Km);
- b) O trajeto indicado;
- c) Velocidades médias no trajeto (observando a legislação específica vigente);
- d) Capacidade de carga por unidade de transporte;
- e) Tempo médio de operação da frota;
- f) Averiguação dos processos de carregamento dos resíduos, cobertura da carga, deslocamento de ida, descarga e deslocamento de retorno da unidade de transporte para a estação de transbordo;
- g) Averiguação da estrutura físico-espacial dos locais envolvidos no processo: estação de transbordo, local de disposição final indicado (Aterro escolhido) e do trajeto entre estes dois locais.

26.2.3.19 Os resíduos sólidos urbanos captados na estação de transbordo deverão ser acondicionados nas unidades de carga (capacidade mínima de 20 ton) modelo caçamba do tipo *Roll on Roll off* disponibilizadas pela licitante vencedora em número suficiente para atender a demanda de transporte da estimativa mensal de 3.120 (três mil e cento e vinte) toneladas/mês.

26.2.3.20 A licitante vencedora não pode armazenar os resíduos sólidos urbanos e ou deixar de transportá-los no mesmo dia de sua coleta.

26.2.3.21 A manutenção, diesel e todos os insumos necessários ao serviço, deverão estar incluídos no preço ofertado.

26.2.3.22 Os serviços de transporte de resíduos sólidos urbanos serão medidos por tonelada de resíduo efetivamente transportado ao destino final com apresentação de ticket de pesagem, da saída do transbordo até a chegada ao destino final.

26.2.3.23 A frota de unidades de transporte deverá ser dimensionada a partir da determinação de um número mínimo de veículos a serem utilizados no transporte de resíduos, acrescida a essa frota mínima uma frota reserva, que deverá ficar à disposição para execução dos serviços e sob fiscalização.

26.2.3.24 O dimensionamento da frota mínima a ser utilizada na prestação do serviço deverá ser dimensionada considerando-se os critérios apresentados.

26.2.3.25 Para o dimensionamento da frota mínima das unidades de transporte devem utilizados os seguintes parâmetros:

- a) Média diária estimada de geração de resíduos ($Q_{tm\acute{a}x}$), em ton;
- b) Massa Específica Média de Transporte (m_e), estimada em 0,4 ton/m³;
- c) Capacidade Volumétrica da unidade de carga (V), em m³;



d) Tempo de ciclo completo (T_c), em horas;

e) Tempo médio de operação da frota (T_o), em horas/dia.

26.2.3.26 O dimensionamento da frota reserva deverá ser obtido aplicando-se o percentual necessário sobre a frota mínima. As unidades de transporte da frota reservam devem ser compostas por unidades de carga e estar à disposição para o desempenho das atividades de transporte de resíduos para o destino final.

26.2.3.27 Caso haja a necessidade do afastamento por mais de 48h de qualquer veículo da frota, inclusive da frota reserva, por motivos de manutenção, acidente, etc., a licitante vencedora deverá disponibilizar veículo extra, em caráter de substituição, pelo período que for necessário.

26.2.3.28 Para a execução integral do serviço de transporte de resíduos sólidos urbanos da estação de transbordo para o aterro sanitário a prestadora do serviço deverá dispor de todo o pessoal necessário ao bom andamento dos trabalhos e ao atendimento das determinações da fiscalização do CONTRATO.01 motorista por veículo (prever período de férias, faltas, absenteísmo, etc); estima-se 04 (quatro) motoristas.

26.2.4 Disposição final dos resíduos sólidos urbanos

26.2.4.1 A empresa vencedora da licitação deverá dispor de aterro sanitário regularmente licenciado, estritamente de acordo com a legislação ambiental vigente de abrangência federal (Resoluções do Conselho nacional de Meio ambiente — CONAMA), estadual (deliberações normativas do Conselho Estadual de Meio ambiente de Minas Gerais — COPAM eventualmente municipal (normas ambientais específicas do município em que esteja localizado o empreendimento).

26.2.4.2 O aterro sanitário, além disso deverá ser implantado, operado e monitorado em conformidade com os instrumentos legais e com as normas técnicas brasileiras afetas ao tema, publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas/ABNT.

26.2.4.3 Quanto à prestação dos serviços, a exigência de disponibilidade e plena vigências da licença ambiental simplificada ou de operação do empreendimento implica necessariamente que o empreendedor tenha atendido todas as exigências normativas no que diz respeito às características geológicas e hidrogeológicas da área em que foi implantado o aterro sanitário; a preservação e melhoria da qualidade das águas subterrâneas e superficiais na área de interferência direta do aterro sanitário; a adequada impermeabilização da base do mesmo (plataformas e taludes laterais) a adequada implantação e ao correto funcionamento dos sistemas de drenagem e tratamento de líquidos percolados ("chorume"), de gases e de águas pluviais, em todos esses itens estritamente de conformidade com o projeto executivo licenciado do empreendimento como requisito mínimo.

26.2.4.4 É imprescindível que o prestador de serviço assegure o adequado cumprimento das condicionantes estabelecidas no licenciamento inicial, de suas sucessivas renovações e em função das vistorias periódicas feitas pela equipe técnica dos órgãos de controle ambiental competentes, em especial aquelas afetas ao programa de monitoramento da qualidade ambiental (águas superficiais, subterrâneas, líquidos lixiviados, gases, ruídos, emissão de materiais particulados, etc.) ao monitoramento topográfico (controle instrumental da implantação e do preenchimento do aterro), ao monitoramento geotécnico (controle da estabilidade do



máximo do aterro e de sua fundação) e todos os outros necessários e inerentes a operação do aterro sanitário.

26.2.4.5 Para a execução dos serviços de disposição final de resíduos sólidos urbanos, estima-se a quantidade mensal de **3.120 (três mil e cento e vinte) toneladas/mês**.

26.2.4.6 Para efeito de controle, a licitante vencedora deverá, mensalmente, junto com a fatura de pagamento, enviar o relatório, com planilha, contendo a relação de todos os tickets de pesagem dos veículos de transporte. Na planilha deverá constar, no mínimo, as seguintes informações: nº do ticket, data do transporte dos resíduos, placa do caminhão, nome do motorista, tara e peso dos resíduos transportados (pesagem obtida na estação de transbordo). Essa planilha deverá ser assinada por responsável / representante da empresa e devidamente carimbada.

26.2.4.7 O aterro sanitário deve, obrigatoriamente, possuir balança rodoviária com capacidade adequada ao sistema, com certificação do INMETRO, e devidamente aferida uma vez ao ano, ou sempre que a mesma apresentar diferença de peso em relação a sua tara, podendo o fiscal solicitar à licitante vencedora (às suas expensas) a realização de nova aferição a qualquer tempo.

26.2.4.8 O aterro sanitário deve contar com instalações elétricas, de iluminação e de comunicação, possibilitando comunicação interna e externa. Deverá contar ainda com instalações de apoio (escritório e banheiros).

26.2.4.9 A visitação do aterro sanitário, para fins de fiscalização, poderá ocorrer sem prévio aviso, reservando-se o direito de acesso ao local e acompanhamento da operação do aterro, em qualquer dia ou horário, durante a execução do contrato.

26.2.4.10 Os serviços de operação do Aterro Sanitário serão medidos pela quantidade de toneladas de resíduos sólidos efetivamente recebidos e dispostos em aterro sanitário, mediante a emissão de tickets de pesagem dos caminhões coletores na estação de transbordo, que deverão ser apresentados mensalmente.

26.2.4.11 Após a disposição final, a licitante vencedora emitirá Certificado de Tratamento – Aterro Sanitário Classe II-A – Resíduos Sólidos Urbanos, referente à quantidade de resíduos recebidos descrito em tickets de pesagem e nota fiscal, discriminando o volume recebido em certificados distintos contendo as datas de disposição.

26.2.4.12 Toda a responsabilidade e eventual passivo ambiental decorrente da destinação final dos resíduos sólidos são de inteira responsabilidade da licitante vencedora.

26.2.4.13 O valor mensal a ser pago pela totalidade dos serviços prestados, corresponde ao produto da massa mensal de resíduos (em toneladas), transportada e disposta no aterro sanitário, por período de 30 dias, e o preço unitário (R\$/ton) em vigor no Contrato.

26.2.4.14 A mão de obra mínima necessária para a realização dos trabalhos no aterro sanitário, de acordo com o documento “Orientações básicas para operação de aterros sanitários” (FEAM, 2006).

26.2.4.15 A licitante vencedora deverá fornecer gratuitamente a seus empregados os EPIS e uniformes.



26.3. ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

26.3.1 O transporte, tratamento e a disposição final dos resíduos sólidos urbanos deve ser realizada em todos os dias de coleta, que se darão em aproximadamente 26 (vinte e seis) dias por mês, salvo em casos emergenciais ou previamente acordados, a serem recolhidos na estação de transbordo da cidade de Nova Serrana /MG.

26.3.2 A quantidade recolhida diariamente pela licitante poderá sofrer acréscimo ou diminuição que se dará de acordo com a necessidade da contratante.

26.3.3 A prestação de serviços, objeto do presente termo, será acompanhada e fiscalizada por um representante da contratante, bem como a forma em que será realizada a fiscalização e o acompanhamento da prestação de serviço.

26.3.4 O Município de Nova Serrana - MG reserva-se no direito de não aprovar os serviços em desacordo com o previsto neste instrumento, podendo rescindir o contrato e aplicar as penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93.

26.3.5 A empresa contratada é responsável pelas etapas de transporte, tratamento e disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos, oriundos da coleta domiciliar e da limpeza urbana do Município de Nova Serrana, MG em conformidade com as normas da ABNT NBR 10004 e demais legislações pertinentes e que possam vir a substituí-las.

26.3.5.1 A contratada deverá disponibilizar, no interior da estação de transbordo do município, até a retirada para o destino final, duas caçambas do tipo *Roll On Roll Off*, capacidade mínima de 20 toneladas, com a finalidade de acondicionar os resíduos sólidos.

26.3.5.2 As caçambas a serem disponibilizadas para o transporte dos resíduos sólidos urbanos deverão ser vedadas e possuir lonas plásticas para cobertura.

26.3.5.3 É proibido qualquer tipo de coroamento nas caçambas (altura da carga ultrapassando a altura da caçamba).

26.3.5.4 Para o transporte, o motorista do veículo transportador deverá estar devidamente identificado (uniforme ou crachá).

26.3.5.5 Os caminhões ou carretas que realizarão o transporte deverão ser equipados com Equipamentos de Segurança Individuais e Coletivos.

26.3.6 Todo o material, equipamento e mão-de-obra necessários para a execução dos serviços serão de exclusiva responsabilidade da empresa contratada.

26.3.7 Não caberá ao contratante qualquer ônus de natureza trabalhista, previdenciária ou social na execução dos serviços.

26.3.8 A disposição final dos resíduos sólidos urbanos deve ser realizada de acordo com as normas ABNT NBR 10004, ou outras que venham substituí-las.

26.3.9 Os resíduos coletados no Município deverão ser transportados acompanhados de documentação com informações da empresa responsável e do peso total dos resíduos coletados, bem como o Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR.

26.3.10 O certificado de tratamento e disposição final ambientalmente adequado dos resíduos sólidos urbanos deve ser emitido pela contratada até o 10º dia útil subsequente ao mês de coleta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SERRANA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº: 18.291.385/0001-59

26.3.11 A retirada dos resíduos sólidos urbanos, na estação de transbordo, deverá ocorrer diariamente, no horário compreendido entre às 7:00 e 17:00 horas, não devendo ultrapassar o prazo de 24 horas contados da disposição na estação de transbordo.

26.3.12 Tendo em vista a necessidade de controle e aferição precisos das massas de resíduos transportadas, inclusive para a definição do valor a ser pago à empresa contratada pelos serviços efetivamente prestados, com a frequência e da forma definidas contratualmente, é imprescindível que seja realizada a pesagem do veículo transportador, antes da saída do veículo do município de Nova Serrana /MG, em uma balança rodoviária eletrônica (com “células de carga”), devidamente aferida e certificada pelos órgãos oficiais competentes e dimensionada para a pesagem dos veículos transportadores, devidamente acompanhado por fiscal do contrato designado para este fim.

26.3.13 As caçambas que acondicionarem os resíduos sólidos provenientes da coleta domiciliar deverão ser pesadas separadamente das caçambas que acondicionarem os resíduos sólidos provenientes da limpeza urbana.

26.3.14 A empresa contratada deverá apresentar juntamente com a nota fiscal os tickets de pesagem eletrônico.

26.3.14.1 Os tickets de pesagem eletrônico serão analisados e fiscalizados pelo fiscal do contrato da contratante, podendo ser solicitado esclarecimento junto à empresa contratada a qualquer momento.

26.3.14.2 Os custos da pesagem diárias serão por conta da empresa contratada.

26.3.14.3 O valor a ser pago referente aos serviços prestados será proporcional ao valor exato da pesagem por tonelada.

26.3.14.4 A contratante poderá solicitar a qualquer momento laudo de aferição da balança, realizada pelo INMETRO, com a respectiva validade vigente.

26.3.15 Deverá a contratada informar toda a especificação técnica dos veículos que farão o transporte dos resíduos sólidos urbanos — RSU, principalmente a metragem da caçamba onde o lixo será transportado, podendo ser solicitado a qualquer momento pela contratante, quaisquer outras informações no intuito de fiscalizar a pesagem correta dos resíduos.

26.3.16 As pesagens efetuadas diariamente pela empresa contratada devem ser repassadas para o fiscal do contrato em até 24 (vinte e quatro) horas por meio eletrônico.

26.3.17 A contratante não se responsabiliza pelos resíduos sólidos que sejam transportados sem a devida documentação necessária, a ser devidamente assinada pelo responsável pela fiscalização do contrato.

26.3.18 A empresa contratada assume inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais por ela causados, seus empregados ou prepostos, quer seja ao contratante ou a terceiros.

26.3.19 O atraso na execução dos serviços somente será justificável quando decorrente de caso fortuito ou força maior, conforme disposições legais pertinentes.

26.3.20 Na ocorrência de tais fatos, os pedidos de prorrogação do prazo deverão ser encaminhados em requerimento, antes de findar o prazo original, com comprovação de fatos que justifiquem tal solicitação.



27 – DA SUBCONTRATAÇÃO

27.1 Será admitida a subcontratação dos serviços de TRANSPORTE. Não será admitido subcontratação do ATERRO SANITARIO, que deverá ser realizado pela empresa contratada, devendo observar o seguinte:

27.2 A subcontratação NÃO é obrigatória e deverá ser analisada pelo Administrador no caso concreto.

27.3 A subcontratação de que trata este item não exclui a responsabilidade da detentora perante o órgão licitante quanto à qualidade técnica do objeto licitado.

27.4 - A subcontratação depende de autorização prévia por parte do Contratante, com parecer técnico da fiscalização, ao qual cabe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução da entrega do objeto.

Nota explicativa 1: Quando a qualificação técnica da empresa for fator preponderante para sua contratação, e a subcontratação for admitida, é imprescindível que se exija o cumprimento dos mesmos requisitos por parte da subcontratada (Acórdão nº 1.229/2008 – Plenário do TCU).

Veja-se também trecho do Acórdão nº 1.941/2006 – Plenário do TCU:

“9.1.3.5. fundamente adequadamente os atos de aceitação ou rejeição das empresas subcontratadas, em conformidade com os limites e condições que devem ser estabelecidos previamente nos editais de licitação, em consonância com o disposto no art. 72 da Lei n.8.666/1993, mormente quando as subcontratações referirem-se a partes da obra para as quais forem exigidas, no instrumento convocatório, qualificação técnica da empresa licitante;”

27.5 A CONTRATADA originária deve submeter à apreciação da Contratante o pedido de prévia anuência para subcontratação, com apresentação do(s) pretendente(s) subcontratado(s) e da respectiva documentação, que deve corresponder a exigida para habilitação nesta licitação;

27.6 Uma vez aprovado o limite da subcontratação, conforme critérios da Contratante, deverá a mesmo ser autorizada por despacho da autoridade competente, com amparo em cláusula contratual autorizativa da providência;

27.7 A Subcontratante e subcontratada deverão celebrar o Contrato de subcontratação, no qual a CONTRATANTE comparecerá na condição de interveniente anuente, contendo todos os elementos de praxe.

27.8 – A subcontratante é a CONTRATADA deste certame e a subcontratada é a empresa que executará a entrega subcontratados.

27.9 - Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.



27.10 - Para o transporte dos resíduos sólidos urbanos deverá a licitante apresentar documentação pertinente à atividade do transportador, ainda que tal serviço seja terceirizado.

27.11 – A documentação a que se refere o item anterior compreenderá a apresentação de:

- a)** Licenciamento ou Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental emitido pelo órgão ambiental competente para transporte de resíduos Classe II.
- b)** Licenciamento ou Declaração de Dispensa de Licenciamento Sanitário Estadual emitido pelo órgão competente para transporte de resíduos Classe II.
- c)** Licenciamento ou Declaração de Dispensa de Licenciamento emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar para transporte de resíduos Classe II.

28 - DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

28.1 - As normas disciplinadoras deste pregão eletrônico, indicada no preâmbulo deste edital, serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, observada a igualdade de oportunidades entre as proponentes, sem comprometimento do interesse público, e dos contratos delas decorrentes.

28.2 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste pregão eletrônico, observar-se-á as regras do art. 110, da Lei 8.666/93.

28.3 – O Prefeito Municipal de Nova Serrana MG ou o Secretário requisitante, por delegação daquele, poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público superveniente, devendo invalidá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, sem que caiba direito a qualquer indenização.

28.4 - A apresentação da proposta de preços implicará em declaração de conhecimento e aceitação, por parte das licitantes, de todas as condições previstas neste edital e anexos.

28.5 – As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos colacionados em qualquer fase deste pregão eletrônico.

28.6 - A adjudicação do objeto licitado não gera à adjudicatária direito à contratação. O direito gerado é de preferência no fornecimento, desde que atendidas as condições pactuadas.

28.7 – É facultado à administração municipal, em qualquer fase desta licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

28.8 - As empresas que contratam com a Administração devem ofertar preços compatíveis com os de mercado, sob pena de serem responsabilizados por eventual sobrepreço constatado no contrato, uma vez que o regime jurídico administrativo relativo às contratações públicas, com a consequente obrigação de seguir os preços praticados no mercado (art.43, inciso IV, da Lei 8.666/1993), se aplica tanto à Administração Pública quanto aos colaboradores privados. Acórdão 992/2022 Plenário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SERRANA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº: 18.291.385/0001-59

28.9 - Os casos omissos neste edital de pregão eletrônico serão solucionados pela Pregoeira com base na legislação municipal e, subsidiariamente, nos termos da legislação federal e princípios gerais de direito.

28.10 – Fica eleito o FORO DA CAMARCA DE NOVA SERRANA MG para dirimir questões decorrentes desta licitação, em detrimento a qualquer outro, por mais privilegiado que se mostre.

29. ANEXOS AO EDITAL

ANEXO - I - Termo de Referência

ANEXO II – Modelo de declaração unificada;

ANEXO III – Modelo de proposta comercial

ANEXO IV – Minuta do Contrato.

ANEXO V - Planilha de composição de preços unitários;

ANEXO VI - Planilha de composição do BDI utilizado;

Nova Serrana (MG), 14 de fevereiro de 2023.

EUZEBIO RODRIGUES LAGO
Prefeito Municipal



ANEXO – I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Constitui objeto desta licitação, **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, DEVIDAMENTE REGULARIZADA E AMBIENTALMENTE ADEQUADA, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DE NOVA SERRANA.**

1.1 O objeto da licitação visa o transporte, tratamento e a disposição final ambientalmente adequada em Aterro Sanitário dos resíduos sólidos urbanos gerados pelo Município de Nova Serra - MG, **pelo período mínimo de 12 (doze) meses, estimativa mensal de 3.120 (três mil e cento e vinte) toneladas/mês.**

2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO, EXPECTATIVA DE CONSUMO E QUANTITATIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SERRANA ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ/MF Nº 18.291.385/0001-59								
TRANSPORTE E DESTINAÇÃO RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - NOVA SERRANA/MG								
Projeto: TRANSPORTE E DESTINAÇÃO RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS				REFERÊNCIA DE PREÇOS				
				Não Desonerado: embutido nos preços unitário dos insumos de mão de obra, de acordo com as bases.				
Município: Nova Serrana								
BDI: 19,85%								
Valor Total				R\$				
Proposto:				13.356.720,00				
ORÇAMENTO SINTÉTICO- PROPOSTO								
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total
1			SERVIÇOS PRELIMINARES					13.356.720,00
1.1	CPU-500	Próprio	Prestação de serviços de transporte, tratamento e disposição final adequada de resíduos sólidos urbanos, do tipo classe II, em Aterro Sanitário, segundo a ABNT NBR 10004, resíduos estes oriundos da	TON	37440	297,67	356,75	13.356.720,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SERRANA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº: 18.291.385/0001-59

			limpeza urbana e coleta domiciliar do município de Nova Serrana/MG.					
--	--	--	--	--	--	--	--	--

Nova Serrana, 14 de fevereiro de 2023

HEDY WILSON P. OLIVEIRA
ENGENHEIRO CIVIL - CREA/MG 161.862/D
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO
ORÇAMENTO

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1 CONSIDERANDO a exigência da erradicação de lixões a céu aberto, de acordo com a Lei 12.305/2010 – a qual institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, alterando a Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, para uma destinação correta destes resíduos; CONSIDERANDO o Procedimento Administrativo n.º MPMG-0452.17.000051-0, TAC que é acompanhado nos autos do PA n.º MPMG-0452.20.0001172-8 o qual determina a desativação da planta do “lixão” até agosto do ano de 2022, sob pena de multa diária; CONSIDERANDO que o município não possui outro local licenciado para a destinação final dos resíduos sólidos urbanos; A contratação de empresa para a prestação desse serviço se faz imprescindível por se tratar de serviço indispensável para o atendimento do interesse público, sendo necessária a terceirização tendo-se por fundamento o fato deste município ter de encerrar a disposição em aterro existente;

3.2 É nítido que a destinação incorreta dos resíduos sólidos urbanos promove a degradação do meio ambiente, além de configurar a prática de crime ambiental.

3.3 Os serviços serão prestados ininterruptamente, ou seja, são de natureza continuada, por não possuir outro local licenciado para a destinação final dos resíduos sólidos urbanos, no município de Nova Serrana.

3.4 Consideram como resíduos sólidos urbanos os resíduos domiciliares originários das atividades domésticas em residências urbanas e os resíduos de limpeza urbana originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana, classificados como Classe II, conforme NBR 10.004/2004.

3.5 O tratamento de resíduos sólidos trata-se de técnica de disposição de resíduos urbanos na forma de aterro sanitário, sem causar danos à saúde pública e a segurança,



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SERRANA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº: 18.291.385/0001-59

minimizando os impactos ambientais, método este que utiliza princípios de engenharia e normas operacionais específicas para confinar os resíduos sólidos a menor área possível e reduzi-los ao menor volume permissível, cobrindo-o com uma camada de terra na conclusão de cada jornada de trabalho, ou intervalos menores se necessário.

3.6 Sendo assim, justifica-se a contratação de empresa para transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos de Classe II, uma vez que o município não dispõe de estrutura adequada para a execução desses serviços, sendo imprescindível o atendimento às normas ambientais vigentes.

3.7 De acordo com o Plano Municipal de Saneamento Básico, na elaboração do Plano Municipal Integrado de Gestão Resíduos Sólidos, os caminhões coletores foram pesados todos os dias, totalizando o peso entre 90 a 120 toneladas/dia. Atualmente, a coleta é realizada de segunda a sábado, operando com seis caminhões coletores e compactadores de resíduos sólidos, no sistema de rodízio em dois turnos. São destinados seis caminhões nos períodos matutino e vespertino e 4 no período noturno.

3.8 Trata-se de serviço comum, não possui alta complexidade tecnológica, que impossibilitem a definição de suas ações, sua aferição (medição) é comum, operação rotineiras.

3.9 É um objeto cuja natureza não permite o parcelamento, em virtude de possível desvantagem a administração pública no momento da fiscalização do contrato, por tratar-se de um serviço comum, não há prejuízos para Administração Pública optar pelo o menor preço Global, tendo em conta ainda vantagem, visto que facilitará o gerenciamento do contrato, e não implicará em desvantagens quanto a competitividade, visto que já estabelece um valor máximo de contratação.

4.0 O fracionamento do objeto não se mostra viável na presente contratação, em virtude das suas características e suas obrigatórias interações, que impossibilitam a atribuição, a diferentes contratadas, eventual responsabilidade por meio de danos ou por defeito de execução. Ademais, mostra-se antieconômico e por demais elevado o custo de mobilização de diferentes empresas para executar parcelas individuais e distintas dos serviços que se pretende contratar, fosse essa a escolha da Administração. Além das razões acima enumeradas, a contratação por preço global ensejará o planejamento e a racionalização do trabalho, a melhor gestão dos contratos, o adequado cumprimento de



prazos e padrões de qualidade, além da atribuição de responsabilidade pelos os serviços executados.

4. CONCEITOS

4.1 Segundo a Lei nº 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Define-se como:

4.1.1 Destinação final ambientalmente adequada: destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes do SISNAMA, do SNVS e do SUASA, entre elas a disposição final, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;

4.1.2 Disposição final ambientalmente adequada: distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança, bem como minimizar os impactos ambientais adversos;

4.1.3 Rejeitos: resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada;

4.1.4 Resíduos sólidos: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível;

4.1.5 Estação de transbordo: local dotado de infraestrutura apropriada para a transferência de resíduos sólidos urbanos (RSU) de um veículo coletor para outro veículo com maior capacidade de carga que transportará estes resíduos até a unidade de tratamento e/ou destinação final.

4.1.6 Operação do transbordo: o carregamento dos resíduos depositados na estação de transbordo através de máquinas apropriadas, sendo, no mínimo, uma retroescavadeira para acondicionamento dos resíduos em carretas, a limpeza do local durante o



carregamento das carretas, que deverá ser realizada pela quantidade suficiente de funcionários, e o transporte para destinação final adequada;

4.1.7 Destinação de resíduos sólidos urbanos: o conjunto de atividades envolvendo o transporte dos resíduos ao aterro e/ou sua destinação em usina de tratamento de forma ambientalmente correta;

4.1.8 Transporte de resíduos sólidos urbanos: a condução dos resíduos desde o local de recolhimento (estação de transbordo) até a disposição final.

5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

5.1 Os serviços serão executados segundo as normas fixadas pela ABNT, deliberações normativas e resoluções vigentes do CONAMA e COPAM-MG, bem como legislações pertinentes sobre o tema gestão integrada de resíduos sólidos e atenderão, necessariamente, às especificações, detalhes e critérios genéricos de medição contidos neste projeto básico.

5.1.2 Legislação, Normas Técnicas e Resoluções CONAMA e COPAM pertinentes sobre o tema gestão integrada de resíduos sólidos.

- Lei N.º 2.983/2021 Institui Plano Municipal Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e de Saneamento Básico de Nova Serrana e dá outra providência
- Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei 12.305/2010 e Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022.
- Política Estadual de Resíduos Sólidos – Lei nº 18.031, de 12 de janeiro de 2009.
- Política Estadual de Saneamento Básico - Lei nº 11.720, de 28 de dezembro de 1994 e Decreto nº 45.137, de 16 de julho de 2009.
- ABNT NBR 10004 – Classificação de resíduos sólidos
- ABNT NBR 11174 - Armazenamento de resíduos classes II - não inertes e III – inertes.
- Deliberação Normativa COPAM nº 180, de 27 de dezembro de 2012.

5.2 Especificações do objeto

5.2.1 A execução dos serviços a serem contratados compreenderá rigorosamente as características seguintes transporte e disposição final dos resíduos sólidos urbanos do município de Nova Serrana.

5.2.2 Processos de gerenciamento de resíduos sólidos

O processo de gerenciamento de resíduos sólidos se inicia com a coleta realizada por caminhões coletores. Após a coleta, os resíduos sólidos serão levados através dos



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SERRANA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº: 18.291.385/0001-59

próprios caminhões coletores até a estação de transbordo e transferidos para as caçambas modelo *Roll on Roll off*. Após carregadas, as caçambas serão **instaladas em caminhões ou carretas**. Os mesmos serão pesados e transportados até o local de disposição final licenciado, encerrando assim a referida cadeia.

5.2.3 Transporte de resíduos sólidos

5.2.3.1 O percurso de transporte será da estação de transbordo de resíduos sólidos urbanos até o local onde será dado o destino final dos resíduos, a ser escolhido pela licitante vencedora (em aterro sanitário devidamente licenciado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD de Minas Gerais, por meio de suas unidades administrativas: Superintendências Regionais de Meio Ambiente – SUPRAMS).

5.2.3.2 O trajeto entre a estação de transbordo e o local de disposição final (Aterro Sanitário) deverá corresponder ao menor percurso possível, pelas vias em condições de melhor trafegabilidade, compatíveis com a intensidade de tráfego necessário.

5.2.3.3 A licitante vencedora deverá propor trajeto de transporte de resíduos, mediante avaliação e aprovação da fiscalização da CONTRATANTE. A aprovação da fiscalização do CONTRATO para um novo trajeto não substituirá o compromisso da licitante vencedora com o trajeto pré-definido. Ressalta-se que a elaboração da logística para transporte será de inteira responsabilidade da licitante vencedora.

5.2.3.4 A licitante vencedora ficará responsável pelo transporte dos resíduos sólidos da estação de transbordo até a disposição final licenciada. O transporte deverá ser realizado, de segunda-feira a sábado, incluindo feriados.

5.2.3.5 No itinerário a ser apresentado pela licitante vencedora, deverá constar todas as vias de tráfego a serem utilizadas para o transporte dos resíduos da estação de transbordo até o Aterro Sanitário indicado, com percurso de ida e volta e respectivas quilometragens, devendo o ciclo ser completo.

5.2.3.6 O transporte dos resíduos da estação de transbordo até ao local de disposição final (Aterro Sanitário) deverá ser realizado por unidades de transporte (unidade de tração, unidade de carga e condutor), com capacidade volumétrica compatível com a geração de resíduos prevista nesse projeto básico, sendo permitidas unidades de carga articuladas e unidades de carga com comprimento superior a 10 m (dez metros), desde que haja autorização do órgão responsável pela liberação da trafegabilidade nas rodovias que fazem parte do trajeto apresentado (atender limites especificados na legislação vigente e resoluções do CONTRAN).

5.2.3.7 A Capacidade Máxima da unidade de tração deverá ser compatível com o PBTC do conjunto ofertado. Para efeitos do dimensionamento da unidade de transporte e tendo em vista a variabilidade da composição do RSU, considera-se:

- $PBTC = Tara + (V \times Mem)$, onde:
- PBTC = Peso Bruto Total Combinado do conjunto ofertado;
- Tara = Tara do conjunto ofertado;
- V = Capacidade Volumétrica da unidade de carga;
- Mem = Massa específica máxima estimada, com valor de 0,4 ton/m³.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SERRANA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº: 18.291.385/0001-59

Considerando a relação acima, a licitante vencedora deverá seguir as condicionantes referentes à relação entre o PBTC máximo, a massa específica máxima estimada dos resíduos e a Capacidade Volumétrica das unidades de carga (V), ficando comprometida a apresentar unidades de transporte com tara compatível a estas condicionantes, sendo que não serão permitidos veículo com capacidade de carga inferior a 20 ton.

5.2.3.8 O equipamento deverá se adequar à altura do nível superior da estação de transbordo e, portanto, não deverá possuir altura superior a 4 m (quatro metros). A contratante isenta-se de quaisquer responsabilidades quanto à impossibilidade de entrada e/ou manobra das unidades de transporte dentro da estação de transbordo.

5.2.3.9 A unidade de carga deverá possuir sistema que garanta a estanqueidade e capacidade de armazenamento de líquidos lixiviados durante o transporte, específica para transporte de resíduos sólidos urbanos, evitando o derramamento dos líquidos transportados em vias e logradouros públicos.

5.2.3.10 A unidade de carga deverá dispor e transitar com sistema de cobertura.

5.2.3.11 Deverão ser utilizadas unidades de transporte em perfeitas condições de tráfego, cumprindo a legislação de trânsito vigente, especialmente em relação à carga máxima permitida por eixo e à carga nominal da unidade de tração, com motores regulados de forma a reduzir as emissões atmosféricas, sendo imprescindível a utilização de práticas de direção defensiva por parte dos motoristas, a fim de minimizar acidentes com danos ambientais, materiais ou pessoais.

5.2.3.12 As Unidades de Transporte deverão ser mantidas em perfeito estado de conservação quanto as partes mecânicas, de funilaria, pintura, sistema elétrico e atenderem integralmente a legislação do CONTRAN.

5.2.3.13 Deverá ser previsto para as unidades de carga, materiais de limpeza e sinalização para eventuais acidentes com derramamento de resíduos em vias públicas, tais como: pá, vassourão e cones de sinalização de pista.

5.2.3.14 Todos as UC (unidades de carga) deverão ser lavadas periodicamente e não poderão ser carregadas acima de sua capacidade volumétrica, não sendo permitido sob hipótese alguma o coroamento de carga. Além disso, deverá ser realizada inspeção veicular semestral da unidade de transporte.

5.2.3.15 Os veículos deverão ser equipados com sinalização sonora para marcha à ré.

5.2.3.16 A licitante vencedora deverá apresentar e manter atualizada a descrição das unidades de transporte, com as seguintes informações:

- Tipo;
- Peso Bruto Total Combinado (PBTC) da unidade de transporte (ton);
- Potência da unidade de tração (cv);
- Número de eixos das unidades de tração e carga;
- Capacidade volumétrica das unidades de carga (m³);



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SERRANA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº: 18.291.385/0001-59

- Capacidade de carga líquida da unidade de tração (t);
- Dimensões da unidade de transporte (largura, altura e comprimento da unidade de carga, de tração e do conjunto);
- Peso (tara) do conjunto da unidade de tração e unidade de carga (t);
- Marca;
- Ano de fabricação da unidade de tração e da unidade de carga;
- Placa da unidade de tração e da unidade de carga;
- n.º do chassi da unidade de tração e da unidade de carga.

5.2.3.17 A idade máxima das unidades de tração e de carga não deverá ser superior a 6 (seis) anos. Em caso de necessidade de substituição de alguma unidade, durante a vigência do contrato, o equipamento apresentado deverá ter idade igual ou inferior à unidade substituída. Em nenhum momento podem ser descumpridas as demais condições determinadas à frota no presente projeto básico.

5.2.3.18 O dimensionamento da frota de transporte, deverá levar em consideração, no mínimo, as seguintes variáveis:

- a) Deslocamento entre a estação de transbordo e o aterro sanitário indicado (ciclo completo, de ida e volta, em Km);
- b) O trajeto indicado;
- c) Velocidades médias no trajeto (observando a legislação específica vigente);
- d) Capacidade de carga por unidade de transporte;
- e) Tempo médio de operação da frota;
- f) Averiguação dos processos de carregamento dos resíduos, cobertura da carga, deslocamento de ida, descarga e deslocamento de retorno da unidade de transporte para a estação de transbordo;
- g) Averiguação da estrutura físico-espacial dos locais envolvidos no processo: estação de transbordo, local de disposição final indicado (Aterro escolhido) e do trajeto entre estes dois locais.

5.2.3.19 Os resíduos sólidos urbanos captados na estação de transbordo deverão ser acondicionados nas unidades de carga (capacidade mínima de 20 ton) modelo caçamba do tipo *Roll on Roll off* disponibilizadas pela licitante vencedora em número suficiente para atender a demanda de transporte da estimativa mensal de 3.120 (três mil e cento e vinte) toneladas/mês.

5.2.3.20 A licitante vencedora não pode armazenar os resíduos sólidos urbanos e ou deixar de transportá-los no mesmo dia de sua coleta.

5.2.3.21 A manutenção, diesel e todos os insumos necessários ao serviço, deverão estar incluídos no preço ofertado.

5.2.3.22 Os serviços de transporte de resíduos sólidos urbanos serão medidos por tonelada de resíduo efetivamente transportado ao destino final com apresentação de ticket de pesagem, da saída do transbordo até a chegada ao destino final.

5.2.3.23 A frota de unidades de transporte deverá ser dimensionada a partir da determinação de um número mínimo de veículos a serem utilizados no transporte de



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SERRANA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº: 18.291.385/0001-59

resíduos, acrescida a essa frota mínima uma frota reserva, que deverá ficar à disposição para execução dos serviços e sob fiscalização.

5.2.3.24 O dimensionamento da frota mínima a ser utilizada na prestação do serviço deverá ser dimensionada considerando-se os critérios apresentados no item 5.2.5.18.

5.2.3.25 Para o dimensionamento da frota mínima das unidades de transporte devem utilizados os seguintes parâmetros:

- a) Média diária estimada de geração de resíduos ($Q_{tm\acute{a}x}$), em ton;
- b) Massa Específica Média de Transporte (m_e), estimada em 0,4 ton/m³;
- c) Capacidade Volumétrica da unidade de carga (V), em m³;
- d) Tempo de ciclo completo (T_c), em horas;
- e) Tempo médio de operação da frota (T_o), em horas/dia.

5.2.3.26 O dimensionamento da frota reserva deverá ser obtido aplicando-se o percentual necessário sobre a frota mínima. As unidades de transporte da frota reservam devem ser compostas por unidades de carga e estar à disposição para o desempenho das atividades de transporte de resíduos para o destino final.

5.2.3.27 Caso haja a necessidade do afastamento por mais de 48h de qualquer veículo da frota, inclusive da frota reserva, por motivos de manutenção, acidente, etc., a licitante vencedora deverá disponibilizar veículo extra, em caráter de substituição, pelo período que for necessário.

5.2.3.28 Para a execução integral do serviço de transporte de resíduos sólidos urbanos da estação de transbordo para o aterro sanitário a prestadora do serviço deverá dispor de todo o pessoal necessário ao bom andamento dos trabalhos e ao atendimento das determinações da fiscalização do CONTRATO.01 motorista por veículo (prever período de férias, faltas, absenteísmo, etc); estima-se 04 (quatro) motoristas.

5.2.4 Disposição final dos resíduos sólidos urbanos

5.2.4.1 A empresa vencedora da licitação deverá dispor de aterro sanitário regularmente licenciado, estritamente de acordo com a legislação ambiental vigente de abrangência federal (Resoluções do Conselho nacional de Meio ambiente — CONAMA), estadual (deliberações normativas do Conselho Estadual de Meio ambiente de Minas Gerais — COPAM eventualmente municipal (normas ambientais específicas do município em que esteja localizado o empreendimento).

5.2.4.2 O aterro sanitário, além disso deverá ser implantado, operado e monitorado em conformidade com os instrumentos legais e com as normas técnicas brasileiras afetas ao tema, publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas/ABNT.

5.2.4.3 Quanto à prestação dos serviços, a exigência de disponibilidade e plena vigências da licença ambiental simplificada ou de operação do empreendimento implica necessariamente que o empreendedor tenha atendido todas as exigências normativas no que diz respeito às características geológicas e hidrogeológicas da área em que foi implantado o aterro sanitário; a preservação e melhoria da qualidade das águas subterrâneas e superficiais na área de interferência direta do aterro sanitário; a adequada impermeabilização da base do mesmo (plataformas e taludes laterais) a adequada implantação e ao correto funcionamento dos sistemas de drenagem e tratamento de



líquidos percolados (“chorume”), de gases e de águas pluviais, em todos esses itens estritamente de conformidade com o projeto executivo licenciado do empreendimento como requisito mínimo.

5.2.4.4 É imprescindível que o prestador de serviço assegure o adequado cumprimento das condicionantes estabelecidas no licenciamento inicial, de suas sucessivas renovações e em função das vistorias periódicas feitas pela equipe técnica dos órgãos de controle ambiental competentes, em especial aquelas afetas ao programa de monitoramento da qualidade ambiental (águas superficiais, subterrâneas, líquidos lixiviados, gases, ruídos, emissão de materiais particulares, etc.) ao monitoramento topográfico (controle instrumental da implantação e do preenchimento do aterro), ao monitoramento geotécnico (controle da estabilidade do máximo do aterro e de sua fundação) e todos os outros necessários e inerentes a operação do aterro sanitário.

5.2.4.5 Para a execução dos serviços de disposição final de resíduos sólidos urbanos, estima-se a quantidade mensal de **3.120 (três mil e cento e vinte) toneladas/mês**.

5.2.4.6 Para efeito de controle, a licitante vencedora deverá, mensalmente, junto com a fatura de pagamento, enviar o relatório, com planilha, contendo a relação de todos os tickets de pesagem dos veículos de transporte. Na planilha deverá constar, no mínimo, as seguintes informações: nº do ticket, data do transporte dos resíduos, placa do caminhão, nome do motorista, tara e peso dos resíduos transportados (pesagem obtida na estação de transbordo). Essa planilha deverá ser assinada por responsável / representante da empresa e devidamente carimbada.

5.2.4.7 O aterro sanitário deve, obrigatoriamente, possuir balança rodoviária com capacidade adequada ao sistema, com certificação do INMETRO, e devidamente aferida uma vez ao ano, ou sempre que a mesma apresentar diferença de peso em relação a sua tara, podendo o fiscal solicitar à licitante vencedora (às suas expensas) a realização de nova aferição a qualquer tempo.

5.2.4.8 O aterro sanitário deve contar com instalações elétricas, de iluminação e de comunicação, possibilitando comunicação interna e externa. Deverá contar ainda com instalações de apoio (escritório e banheiros).

5.2.4.9 A visita do aterro sanitário, para fins de fiscalização, poderá ocorrer sem prévio aviso, reservando-se o direito de acesso ao local e acompanhamento da operação do aterro, em qualquer dia ou horário, durante a execução do contrato.

5.2.4.10 Os serviços de operação do Aterro Sanitário serão medidos pela quantidade de toneladas de resíduos sólidos efetivamente recebidos e dispostos em aterro sanitário, mediante a emissão de tickets de pesagem dos caminhões coletores na estação de transbordo, que deverão ser apresentados mensalmente.

5.2.4.11 Após a disposição final, a licitante vencedora emitirá Certificado de Tratamento – Aterro Sanitário Classe II-A – Resíduos Sólidos Urbanos, referente à quantidade de resíduos recebidos descrito em tickets de pesagem e nota fiscal, discriminando o volume recebido em certificados distintos contendo as datas de disposição.

5.2.4.12 Toda a responsabilidade e eventual passivo ambiental decorrente da destinação final dos resíduos sólidos são de inteira responsabilidade da licitante vencedora.



5.2.4.13 O valor mensal a ser pago pela totalidade dos serviços prestados, corresponde ao produto da massa mensal de resíduos (em toneladas), transportada e disposta no aterro sanitário, por período de 30 dias, e o preço unitário (R\$/ton) em vigor no Contrato.

5.2.4.14 A mão de obra mínima necessária para a realização dos trabalhos no aterro sanitário, de acordo com o documento “Orientações básicas para operação de aterros sanitários” (FEAM, 2006).

5.2.4.15 A licitante vencedora deverá fornecer gratuitamente a seus empregados os EPIS e uniformes.

6. ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 O transporte, tratamento e a disposição final dos resíduos sólidos urbanos deve ser realizada em todos os dias de coleta, que se darão em aproximadamente 26 (vinte e seis) dias por mês, salvo em casos emergenciais ou previamente acordados, a serem recolhidos na estação de transbordo da cidade de Nova Serrana /MG.

6.2 A quantidade recolhida diariamente pela licitante poderá sofrer acréscimo ou diminuição que se dará de acordo com a necessidade da contratante.

6.3 A prestação de serviços, objeto do presente termo, será acompanhada e fiscalizada por um representante da contratante, bem como a forma em que será realizada a fiscalização e o acompanhamento da prestação de serviço.

6.4 O Município de Nova Serrana - MG reserva-se no direito de não aprovar os serviços em desacordo com o previsto neste instrumento, podendo rescindir o contrato e aplicar as penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93.

6.5 A empresa contratada é responsável pelas etapas de transporte, tratamento e disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos, oriundos da coleta domiciliar e da limpeza urbana do Município de Nova Serrana, MG em conformidade com as normas da ABNT NBR 10004 e demais legislações pertinentes e que possam vir a substituí-las.

6.5.1 A contratada deverá disponibilizar, no interior da estação de transbordo do município, até a retirada para o destino final, duas caçambas do tipo *Roll On Roll Off*, capacidade mínima de 20 toneladas, com a finalidade de acondicionar os resíduos sólidos.

6.5.2 As caçambas a serem disponibilizadas para o transporte dos resíduos sólidos urbanos deverão ser vedadas e possuir lonas plásticas para cobertura.

6.5.3 É proibido qualquer tipo de corramento nas caçambas (altura da carga ultrapassando a altura da caçamba).

6.5.4 Para o transporte, o motorista do veículo transportador deverá estar devidamente identificado (uniforme ou crachá).

6.5.5 Os caminhões ou carretas que realizarão o transporte deverão ser equipados com Equipamentos de Segurança Individuais e Coletivos.

6.6 Todo o material, equipamento e mão-de-obra necessários para a execução dos serviços serão de exclusiva responsabilidade da empresa contratada.

6.7 Não caberá ao contratante qualquer ônus de natureza trabalhista, previdenciária ou social na execução dos serviços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SERRANA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº: 18.291.385/0001-59

6.8 A disposição final dos resíduos sólidos urbanos deve ser realizada de acordo com as normas ABNT NBR 10004, ou outras que venham substituí-las.

6.9 Os resíduos coletados no Município deverão ser transportados acompanhados de documentação com informações da empresa responsável e do peso total dos resíduos coletados, bem como o Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR.

6.10 O certificado de tratamento e disposição final ambientalmente adequado dos resíduos sólidos urbanos deve ser emitido pela contratada até o 10º dia útil subsequente ao mês de coleta.

6.11 A retirada dos resíduos sólidos urbanos, na estação de transbordo, deverá ocorrer diariamente, no horário compreendido entre às 7:00 e 17:00 horas, não devendo ultrapassar o prazo de 24 horas contados da disposição na estação de transbordo.

6.12 Tendo em vista a necessidade de controle e aferição precisos das massas de resíduos transportadas, inclusive para a definição do valor a ser pago à empresa contratada pelos serviços efetivamente prestados, com a frequência e da forma definidas contratualmente, é imprescindível que seja realizada a pesagem do veículo transportador, antes da saída do veículo do município de Nova Serra /MG, em uma balança rodoviária eletrônica (com “células de carga”), devidamente aferida e certificada pelos órgãos oficiais competentes e dimensionada para a pesagem dos veículos transportadores, devidamente acompanhado por fiscal do contrato designado para este fim.

6.13 As caçambas que acondicionarem os resíduos sólidos provenientes da coleta domiciliar deverão ser pesadas separadamente das caçambas que acondicionarem os resíduos sólidos provenientes da limpeza urbana.

6.14 A empresa contratada deverá apresentar juntamente com a nota fiscal os tickets de pesagem eletrônico.

6.14.1 Os tickets de pesagem eletrônico serão analisados e fiscalizados pelo fiscal do contrato da contratante, podendo ser solicitado esclarecimento junto à empresa contratada a qualquer momento.

6.14.2 Os custos da pesagem diárias serão por conta da empresa contratada.

6.14.3 O valor a ser pago referente aos serviços prestados será proporcional ao valor exato da pesagem por tonelada.

6.14.4 A contratante poderá solicitar a qualquer momento laudo de aferição da balança, realizada pelo INMETRO, com a respectiva validade vigente.

6.15 Deverá a contratada informar toda a especificação técnica dos veículos que farão o transporte dos resíduos sólidos urbanos — RSU, principalmente a metragem da caçamba onde o lixo será transportado, podendo ser solicitado a qualquer momento pela contratante, quaisquer outras informações no intuito de fiscalizar a pesagem correta dos resíduos.

6.16 As pesagens efetuadas diariamente pela empresa contratada devem ser repassadas para o fiscal do contrato em até 24 (vinte e quatro) horas por meio eletrônico.

6.17 A contratante não se responsabiliza pelos resíduos sólidos que sejam transportados sem a devida documentação necessária, a ser devidamente assinada pelo responsável pela fiscalização do contrato.



6.18 A empresa contratada assume inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais por ela causados, seus empregados ou prepostos, quer seja ao contratante ou a terceiros.

6.19 O atraso na execução dos serviços somente será justificável quando decorrente de caso fortuito ou força maior, conforme disposições legais pertinentes.

6.20 Na ocorrência de tais fatos, os pedidos de prorrogação do prazo deverão ser encaminhados em requerimento, antes de findar o prazo original, com comprovação de fatos que justifiquem tal solicitação.

7. REQUISITOS ESPECIFICOS DE HABILITAÇÃO

7.1 A empresa deverá apresentar os documentos de habilitação jurídica, fiscais, trabalhistas econômico-financeira, bem como qualificação técnica descritos abaixo.

7.1.1 Certidão de Registro e quitação expedido pelo CREA — Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia, da Pessoa Jurídica participante da Licitação, bem como do (s) Responsável (is) Técnico (s) que faz (em) parte do acervo Profissional de referida empresa e que ira (ão) participar direta ou indiretamente da execução dos serviços.

7.2 Atestado de Capacidade Técnico-Profissional em nome do (s) Responsável Técnico RT da empresa licitante que se responsabilizará pela prestação dos serviços, como a indispensável comprovação de que este faz parte do quadro da empresa, acompanhado de Certidão de Acervo técnico (CAT), emitido pela entidade profissional competente, sistema CREA/CONFEA ou CAU, comprovando que a mesma executou serviços de característica semelhantes, limitadas as parcelas de maior relevância e valor significativo do serviço licitado. O atestado ou certidão deverá ser apresentado preferencialmente em papel timbrado, devidamente assinado, contendo a indicação do representante que o subscreve e a data da prestação dos serviços.

7.3 Comprovante de registro de Certificado de Regularidade expedido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA da empresa e do técnico responsável, referente a comprovação de cadastramento da licitante proponente no cadastro técnico Federal de Atividades Poluidoras.

7.4 Equipe Técnica composta de funcionários aptos a prestar todos os serviços do objeto do edital, composto de Responsável Técnico, Motorista e Operadores Tratoristas. Comprovar vínculo entre equipe técnica e empresa licitante.

7.5 Deverão ser considerados os atestados de maior relevância e valores significativos, aqueles cujos serviços e obras contemplem:

7.5.1 Disposição final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos em Aterro Sanitário Classe II.

7.5.1.1 A exigência de comprovação da execução do item anterior justifica-se pelo fato de corresponder a parcela de maior relevância técnica dos serviços a serem prestados.

7.5.2 No caso de atestados emitidos por empresa de iniciativa privada, não serão considerados os emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa emitente e da empresa proponente.



7.5.3 Serão considerados como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente, ou que tenham pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa emitente e da empresa proponente.

7.5.3.1 Licença ambiental em nome da licitante expedida pelo órgão ambiental competente para Disposição Final de Resíduos Classe II em aterro sanitário.

7.5.3.2 Declaração Formal de Disponibilidade dos veículos, máquinas e equipamentos considerados essenciais para o cumprimento do objeto licitado.

7.5.3.3 Em caso de subcontratação do transporte dos resíduos sólidos, a licitante deverá apresentar contrato de prestação de serviços em vigor, mantida a responsabilidade da licitante, inclusive com relação a qualidade técnica dos serviços.

7.5.3.4 Para o transporte dos resíduos sólidos urbanos deverá a licitante apresentar documentação pertinente à atividade do transportador, ainda que tal serviço seja terceirizado.

7.5.3.5 A documentação a que se refere o item anterior compreenderá a apresentação de:

a) Licenciamento ou Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental emitido pelo órgão ambiental competente para transporte de resíduos Classe II.

b) Licenciamento ou Declaração de Dispensa de Licenciamento Sanitário Estadual emitido pelo órgão competente para transporte de resíduos Classe II.

c) Licenciamento ou Declaração de Dispensa de Licenciamento emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar para transporte de resíduos Classe II.

7.5.3.6 A empresa vencedora da licitação deverá dispor de aterro sanitário regularmente licenciado, estritamente de acordo com a legislação ambiental vigente de abrangência federal (Resoluções do Conselho nacional de Meio ambiente — CONAMA), estadual (deliberações normativas do Conselho Estadual de Meio ambiente de Minas Gerais — COPAM e eventualmente municipal (normas ambientais específicas do município em que esteja localizado o empreendimento).

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidade ou subcontratação não autorizadas pela contratante.

8.2 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, obrigando-se atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do serviço.

8.3 Comunicar imediatamente, por escrito a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para adoção das providências cabíveis.

8.4 Observar as normas legais de segurança a que está sujeita a atividade contratada.

8.5 Assumir a total responsabilidade por todos os serviços previstos neste Termo de Referência.

8.6 Ser responsável por quaisquer encargos, de natureza civil, fiscal, comercial, trabalhista ou previdenciária, decorrentes da execução dos serviços contratados, cumprindo ao órgão contratante tão somente, o pagamento do preço na forma acordada.



9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 Incumbe ao contratante:

9.1.1 Acompanhar, fiscalizar, conferir avaliar os serviços e as obrigações da licitante vencedora, bem com atestar na nota fiscal/fatura a efetiva entrega do objeto contratado e o seu aceite, através de servidor designado pela autoridade competente;

9.1.2 Efetuar o pagamento na forma convencional nos termos deste edital;

9.1.3 Não permitir que outrem cumpra com as obrigações a que se sujeitou a licitante vencedora;

9.1.4 Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;

9.1.5 Aplicar à contratada as sanções regulamentares e contratuais, em consonância com as normas legais, em caso de descumprimento contratual.

10. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

11. AVALIAÇÃO DE CUSTO: Conforme exigência legal, art. 40, parágrafo 2º. II, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, o setor de compras do município, realizou pesquisa de preços de mercado a 3 (três) empresas do ramo, conforme mapa de apuração juntado aos autos, apurando-se o valor total de **R\$ 13.356.720,00 (Treze milhões trezentos cinquenta seis mil setecentos vinte reais).**

12. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

02.10.01.15.452.2601.2160.33.903900 (620) Fonte 1.500/1.704/1.759

13. VIGÊNCIA.

Vigência de 12 (doze) meses a partir da assinatura do Contrato.

14. GESTOR DO CONTRATO: A gestão do Contrato será feita pela Unidade Requisitante, através de funcionário público designado a fiscalização, referidos nesse processo, com supervisão do **Secretário Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade - Gabriel Rodrigues Chaves e Secretário Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano – Hedy Wilson Pinto de Oliveira.**

15. DOS PAGAMENTOS:

A Nota Fiscal/Fatura e os tickets de pesagem originais deverão ser apresentada no seguinte endereço: Rua João Martins do Espírito Santo, 12, Bairro Park Dona Gumercinda Martins, Nova Serrana/MG.

O Município de Nova Serrana efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo, através de crédito em conta bancária previamente informada, ou mediante pagamento através da Tesouraria Municipal.

O licitante adjudicado deverá entregar junto com a Nota Fiscal/Fatura o Certificado de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal, Certidão



Negativa de Débito para com o INSS, Certidão Negativa de Débitos Tributários, Certidão Negativa Estadual e Certidão Negativa Municipal; todas em dia.

O Município, identificando qualquer divergência na nota fiscal, deverá devolvê-la adjudicatária para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado acima será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.

16. SANÇÕES

16.1 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da adjudicatária. Não sendo aceitas as justificativas pela Administração da Nova Serrana, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar as seguintes sanções:

Advertência.

- a. Multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado do contrato, pela recusa em assiná-lo no prazo máximo de 05 (cinco) dias após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93;
- b. Multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento) calculada sobre o valor total estimado do contrato, por dia de inadimplência, até o limite de 02 (dois) dias úteis, na entrega total do objeto deste, caracterizando a inexecução parcial;
- c. Multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado do contrato pela inadimplência além do prazo de 02 (dois) dias úteis, caracterizando a inexecução parcial do mesmo.
- d. No caso de imprudência, negligência e imperícia, a multa será, no máximo, de 3% (três por cento) sobre o valor do contrato.
- e. No caso do contrato se conduzir dolosamente durante o fornecimento, a multa será de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato.
- f. No caso de abandono do fornecimento, além de outras combinações legais, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.
- g. Suspensão do direito de contratar e participar de licitação com a Administração Municipal de Nova Serrana-MG pelo período de até 02 (dois) anos.

16.1.1 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas na Lei Federal nº 10.520/02 e na Lei Federal nº 8.666/93, inclusive a responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração.

16.1.2 A multa deverá ser recolhida à Administração da Prefeitura Municipal de Nova Serrana no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da data de recebimento da notificação.

16.1.3 O valor da multa poderá ser compensado nos créditos porventura havidos junto a Administração Municipal.

16.2 As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SERRANA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº: 18.291.385/0001-59

isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Em qualquer hipótese e aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

16.3 À licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa exigida, ensejar o retardamento da execução do objeto desta licitação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Nova Serrana pelo período de até (05) cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital, no contrato e nas normas legais pertinentes.

Nova Serrana, 14 de fevereiro de 2023.

Gabriel Rodrigues Chaves

Secretário Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade

Hedy Wilson Pinto de Oliveira

Secretário Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano



ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

(papel timbrado da licitante)

À pregoeira e equipe de apoio

Prefeitura Municipal de xxxxx, Estado do xxxxxxx

PREGÃO ELETRÔNICO nº

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na

....., através de seu representante legal infra-assinado, que:

() **1) Declaramos, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.**

*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

2) Declaramos que cumprimos os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias.

3) Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezoito anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescida pela Lei nº 9.854/99.

4) Declaramos, para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

5) Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

6) Declaramos, para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do inciso III, do artigo 9º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

7) Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a)



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SERRANA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº: 18.291.385/0001-59

Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº.....
e CPF nº....., cuja função/cargo é. (sócio
administrador/procurador/diretor/etc), **responsável pela assinatura da Ata de Registro de
Preços/contrato.**

9) Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e
este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que a Ata de
Registro de Preços/Contrato** seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:

Telefone: ()

10) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração
junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado
nos dados anteriormente fornecidos.

11) Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF
sob nº....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da **Ata
de Registro de Preços/contrato**, referente ao Pregão Eletrônico nº **Nº** e todos os atos
necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos
e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

..... de 2023.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa (Nome Legível/Cargo)



ANEXO – III MODELO DE PROPOSTA

PROPOSTA DE PREÇOS

DADOS DO PROPONENTE:

RAZÃO SOCIAL -

ENDEREÇO -

E-MAIL –

TELEFONE (FIXO E CELULAR) -

CNPJ -

INSCRIÇÃO ESTADUAL -

INSCRIÇÃO MUNICIPAL -

REPRESENTANTE LEGAL



ANEXO – IV – MINUTA DE CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO

Pregão Eletrônico nº 06/2023 - Processo Licitatório nº 09/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA SERRANA/MG, INSCRITA NO CNPJ 18.291.385/0001-59 COM SEDE A RUA JOÃO MARTINS DO ESPÍRITO SANTO, 12, BAIRRO PARK DONA GUMERCINDA MARTINS, NOVA SERRANA - MG, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SENHOR PREFEITO EUZEBIO RODRIGUES LAGO, PORTADOR DO CPF Nº 547.224.466-87.

CONTRATADA:

CONTRATO: Entre as partes retro nomeadas e qualificadas, fica ajustado o presente termo de contrato, regido pela Lei Federal nº 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, nos termos das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Termo de Contrato é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, DEVIDAMENTE REGULARIZADA E AMBIENTALMENTE ADEQUADA, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DE NOVA SERRANA**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

Descrição do objeto, quantitativo e valor unitário:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNID. MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR
1				

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado na forma da Lei 8.666/93 e suas respectivas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O valor do presente Termo de Contrato é de R\$.....(.....).



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SERRANA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº: 18.291.385/0001-59

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

As despesas decorrentes do objeto da presente licitação correrão por conta de dotações Orçamentárias de números.

02.10.01.15.452.2601.2160.33.903900 (620) Fonte 1.500/1.704/1.759

4. CLÁUSULA QUARTA- PAGAMENTO

4.1 – A Nota Fiscal/Fatura e os tickets de pesagem originais deverão ser apresentada no seguinte endereço: Rua João Martins do Espírito Santo, 12, Bairro Park Dona Gumercinda Martins, Nova Serrana/MG.

4.2 O Município de Nova Serrana efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo, através de crédito em conta bancária previamente informada, ou mediante pagamento através da Tesouraria Municipal.

4.3 O licitante adjudicado deverá entregar junto com a Nota Fiscal/Fatura o Certificado de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal, Certidão Negativa de Débito para com o INSS, Certidão Negativa de Débitos Tributários, Certidão Negativa Estadual e Certidão Negativa Municipal; todas em dia.

4.4 O Município, identificando qualquer divergência na nota fiscal, deverá devolvê-la adjudicatária para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado acima será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.

CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

5.1 A CONTRATANTE deverá executar os serviços conforme termo de referência constante no edital pregão eletrônico nº **06/2023**, parte integrante deste contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

6.1. SÃO OBRIGAÇÕES DA (O) CONTRATANTE (O):

6.1.1 Acompanhar, fiscalizar, conferir avaliar os serviços e as obrigações da licitante vencedora, bem com atestar na nota fiscal/fatura a efetiva entrega do objeto contratado e o seu aceite, através de servidor designado pela autoridade competente;

6.1.2 Efetuar o pagamento na forma convencional nos termos deste edital;

6.1.3 Não permitir que outrem cumpra com as obrigações a que se sujeitou a licitante vencedora;

6.1.4 Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;



6.1.5 Aplicar à contratada as sanções regulamentares e contratuais, em consonância com as normas legais, em caso de descumprimento contratual.

6.2 SÃO OBRIGAÇÕES DA (O) CONTRATADO (O):

6.2.1 Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidade ou subcontratação não autorizadas pela contratante.

6.2.2 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, obrigando-se atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do serviço.

6.2.3 Comunicar imediatamente, por escrito a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para adoção das providências cabíveis.

6.2.4 Observar as normas legais de segurança a que está sujeita a atividade contratada.

6.2.5 Assumir a total responsabilidade por todos os serviços previstos neste Termo de Referência.

6.2.6 Ser responsável por quaisquer encargos, de natureza civil, fiscal, comercial, trabalhista ou previdenciária, decorrentes da execução dos serviços contratados, cumprindo ao órgão contratante tão somente, o pagamento do preço na forma acordada.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da adjudicatária. Não sendo aceitas as justificativas pela Administração da Nova Serrana, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar as seguintes sanções:

- a) Advertência.
- b) Multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado do contrato, pela recusa em assiná-lo no prazo máximo de 05 (cinco) dias após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93;
- c) Multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento) calculada sobre o valor total estimado do contrato, por dia de inadimplência, até o limite de 02 (dois) dias úteis, na entrega total do objeto deste, caracterizando a inexecução parcial;
- d) Multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado do contrato pela inadimplência além do prazo de 02 (dois) dias úteis, caracterizando a inexecução parcial do mesmo.
- e) No caso de negligência, imprudência e imperícia a multa será no máximo de 3% (três por cento) sobre o valor do Contrato.
- f) No caso do contrato se conduzir dolosamente durante o fornecimento, a multa será de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato.
- g) No caso de abandono do fornecimento, além de outras combinações legais, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.
- h) Suspensão do direito de contratar e participar de licitação com a Administração Municipal de Nova Serrana-MG pelo período de até 02 (dois) anos.

7.1.1 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas na Lei Federal nº 10.520/02 e na Lei Federal nº 8.666/93, inclusive a responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração.



7.1.2 A multa deverá ser recolhida à Administração da Prefeitura Municipal de Nova Serrana no prazo máximo de 10(dez) dias corridos contados da data de recebimento da notificação.

7.2 - O valor da multa poderá ser compensado nos créditos porventura havidos junto a Administração Municipal.

7.3 – À licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa exigida, ensejar o retardamento da execução do objeto desta licitação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Nova Serrana pelo período de até (05) cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital, no contrato e nas normas legais pertinentes.

7.4 – As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

7.5 - Em qualquer hipótese e aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

8.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

8.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

9. CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

9.1 O valor pactuado poderá ser reajustado após 12 (doze) meses de serviços prestados, sendo usado o índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) divulgado pelo IBGE, ou outro índice que venha a ser fixado pelo Governo Federal.

10- CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO

10.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial Eletrônico do Município de Nova Serrana/MG, Lei 2355/2015, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

11- CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Comarca de Nova Serrana – MG.

12- CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO GESTOR

12.1 A gestão do Contrato será feita pela Unidade Requisitante, através de funcionário público designado a fiscalização, referidos nesse processo, com supervisão do **Secretário Municipal**



de Meio Ambiente e Sustentabilidade - Gabriel Rodrigues Chaves e Secretário Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano – Hedy Wilson Pinto de Oliveira.

13- CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1 - Os casos omissos neste edital de pregão eletrônico serão solucionados pela Pregoeira com base na legislação municipal e, subsidiariamente, nos termos da legislação federal e princípios gerais de direito.

14- CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

14.1 O Município de Nova Serrana poderá nas mesmas condições contratuais, realizar acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme estabelecido no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e suas alterações.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

Nova Serrana, , de 2023

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 –

2-

ANEXO VI - PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SERRANA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF Nº 18.291.385/0001-59

COMPOSIÇÃO BDI

BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS - BDI - CONFORME ACORDÃO TCU 2622/2013 - SEM DESONERAÇÃO

Itens	Siglas	% Adotado	Situação	1º Quartil	Médio	3º Quartil
Administração Central	AC	3,00%	-	3,00%	4,00%	5,50%
Seguro e Garantia	SG	0,80%	-	0,80%	0,80%	1,00%
Risco	R	0,97%	-	0,97%	1,27%	1,27%
Despesas Financeiras	DF	0,59%	-	0,59%	1,23%	1,39%
Lucro	L	6,16%	-	6,16%	7,40%	8,96%
Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	CP	3,65%	-	3,65%	3,65%	3,65%
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	3,00%	-	0,00%	2,50%	5,00%
BDI SEM desoneração (Fórmula Acórdão TCU)	BDI PAD	19,85%	OK	20,34%	22,12%	25,00%

FÓRMULA DO BDI

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

ISS

3,00%

QUANTO AO ISS O TCU MANDA OBSERVAR A LEGISLAÇÃO DO MUNICÍPIO.

HEDY WILSON P. OLIVEIRA
ENGENHEIRO CIVIL - CREA/MG 161.862/D
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SERRANA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ/MF Nº 18.291.385/0001-59

“DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL”

Processo Administrativo n.º 09/2023

Edital Pregão n.º 06/2023

Data do certame: 02/03/2023 - Hora: 13:00:00hs.

Objeto: Empresa especializada, devidamente regularizada e ambientalmente adequada, para prestação de serviços continuados de gerenciamento de resíduo sólidos urbanos de Nova Serra – MG.

Impugnante: KTM ADMINISTRAÇÃO E ENGENHARIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 26.279.935/0001-42, com sede na Rua Marabá n. 23, Bairro Santo Antônio, Belo Horizonte/MG, CEP 30350-160.

Assunto: Resposta ao Pedido de Impugnação ao Edital da Pregão n.º 06/2023.

1 – DA ADMISSIBILIDADE DA IMPUGNAÇÃO

A doutrina aponta como pressuposto dessa espécie de recurso administrativo, cuja existência concreta deve ser preliminarmente aferida: a manifestação tempestividade, a inclusão de fundamentação e de pedido de reforma do instrumento convocatório.

Verifica-se que a presente impugnação foi apresentada no dia 27/02/2023, agendada para a abertura da licitação (dia 02/03/2023). Portanto, é tempestiva a IMPUGNAÇÃO apresentada.

Preenchidos também os demais requisitos doutrinários, pois a petição é razoavelmente fundamentada e contém o necessário pedido de reformulação do edital.

2 – BREVE RELATÓRIO

Na peça apresentada, a impugnante expõe, em linhas gerais, que providencie a modificação do edital:

.....

“(i) Seja fracionado o objeto do certame, para que os serviços de implementação, operação e monitoramento de aterro sanitário do instrumento convocatório sejam licitados separadamente dos serviços comuns de limpeza urbana, com a consequente exclusão de todas as exigências de qualificação técnica correlatas, sobretudo, as previstas nos subitens 17.4.5.3, 17.2.4.5.2.4 e 17.2.4.5.2.5 do edital.

ii) sejam extirpados os ilegais requisitos para habilitação técnica previstos nos subitens 17.4.5.3, 17.2.4.5.2.4 e 17.2.4.5.2.5 do edital, posto que irrelevantes e injustificados para a comprovação da aptidão das licitantes para a execução do objeto licitado.

(iii) seja extirpada do edital a exigência de que a vencedora seja detentora de aterro sanitário, sob pena de favorecimento indevido e violação à competitividade e ao tratamento isonômico das concorrentes”.

Essa é, enfim, a síntese dos fatos articulados pela impugnante.

Nesse sentido, segue a RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO.

3 – DO MÉRITO



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SERRANA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ/MF Nº 18.291.385/0001-59

Inicialmente a empresa Impugnante pretende ver modificado algumas regras editalícias do pregão nº 06/2023.

OBJETO DO CERTAME: Empresa especializada, devidamente regularizada e ambientalmente adequada, para prestação de serviços continuados de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos de Nova Serrana – MG.

DESCRIÇÃO DO OBJETO:

Prestação de serviços de transporte, tratamento e disposição final adequada de resíduos sólidos urbanos, do tipo II, em aterro sanitário, segundo a ABNT NBR 10004, resíduos estes oriundos da limpeza urbana e coleta domiciliar do Município de Nova Serrana – MG.

Conforme descrito acima na descrição do objeto, o edital trata-se de apenas um objeto, qual seja prestação de serviços de transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos classe II. Salienta-se que não se trata de coleta de resíduos domiciliares, pois existe empresa contratada em outro certame que faz este tipo de serviço no Município e deverá colocar em uma área de transbordo. Desta forma, a impugnação do edital não possui qualquer lastro de veracidade.

Da exigência legal:

Conforme edital do referido certame, todas as exigências são baseadas na legislação ambiental vigente e pertinentes ao assunto, não tendo motivos pelo qual fazer qualquer alteração no edital.

Da necessidade do aterro sanitário:

Quanto a necessidade da empresa vencedora ser detentora de aterro sanitário, a exigência se faz necessária diante da responsabilidade ambiental do município quanto a destinação adequada. O Município é co-responsável pelo tratamento adequado, conforme ABNT NBR 10004, e devidamente regulamentada. E, ainda a informação de que existe um único aterro sanitário na região, está informação é equivocada, uma vez que para abertura do processo licitatório, tivemos no mínimo 03 (três) orçamentos.

4 - CONCLUSÃO

Assim, pelos fundamentos apresentados, sobretudo, aos princípios norteadores da licitação e da Administração Pública, a Pregoeira decide conhecer do recurso impetrada pela empresa **KTM ADMINISTRAÇÃO E ENGENHARIA LTDA**, por ser tempestiva, e no mérito, negar provimento. Mantendo a data para abertura do processo dia 02/03/2023 às 13 horas.

Nova Serrana, 27 de fevereiro de 2023.

Denilce Elaine Ribeiro
Pregoeira



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SERRANA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº: 18.291.385/0001-59

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SERRANA/MG – Torna publica a abertura do Processo licitatório nº 009/2023, pregão eletrônico nº 006/2023. Objeto – **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, DEVIDAMENTE REGULARIZADA E AMBIENTALMENTE ADEQUADA, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DE NOVA SERRANA.** Abertura da Sessão Pública – **dia 02.03.2023 às 13:00** horas através da plataforma BLL Compras www.bll.org.br Mais informações pelo telefone 37– 3226.9072. Nova Serra, 14 de fevereiro de 2023. Denilce Elaine Ribeiro - Pregoeira.

BLL COMPRAS - A maior plataforma

MUNICIPIO DE NOVA SERRANA

bilcompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5D0tGM9ISn8SJEXc%2FHdoboDGQI6teAj3df0AIP9pdoDvVM2oJQFfiWLCtBkbPs4nBoev6Q47mSi6FkptlQT...

Requerimento de Impugnação

NOME/RAZÃO SOCIAL

KTM ADMINISTRAÇÃO E ENGENHARIA LTDA

CPF ou CNPJ

262.799.350-00142

EMAIL

ktm@ktmengenharia.com.br

Impugnação

30350-160, por seu representante legal, vem apresentar IMPUGNAÇÃO AO EDITAL do PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2023, com fulcro no artigo 37, inciso XXI, da CF/88, bem como nos artigos 3º, §1º, e 41, § 2º, da Lei n. 8.666/93, pelos fatos e fundamentos de Direito expostos no arquivo anexo.

Adicionar arquivo

CNH Romulo.pdf

Upload

Salvar

Upload de arquivos

Escolher arquivo

CNH Romulo.pdf

Arquivos carregados:

Contrato Social Consolidado - 26 12 2022.pdf

136026wdstf IMPUGNAÇÃO.pdf

CNH Romulo.pdf

Arquivo atual: CNH Romulo.pdf (1 de 1)

Status: Upload Finalizado.

100%

Fechar

TELEFONE

(31) 3311-1772

BLL COMPRAS - A maior plataforma

MUNICIPIO DE NOVA SERRANA

bilcompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5D0tGM9ISn8SJEXc%2FHdoboDGQI6teAj3df0AIP9pdoDvVM2oJQFfiWLCtBkbPs4nBoev6Q47mSi6FkptlQT...

Impugnações

Esclarecimento

Impugnação salva

Fechar

Requerimento

KTM ADMINISTRAÇÃO E ENGENHARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 26.279.935/0001-42, com sede na Rua Marabá n. 23, Bairro Santo Antônio, Belo Horizonte/MG, CEP 30350-160, por seu representante legal, vem apresentar IMPUGNAÇÃO AO EDITAL do PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2023, com fulcro no artigo 37, inciso XXI, da CF/88, bem como nos artigos 3º, §1º, e 41, §2º, da Lei n. 8.666/93, pelos fatos e fundamentos de Direito expostos no arquivo anexo.

Criado em	Arq. impug.	Status	Resposta	Respondido em	Arq. resposta
27/02/2023 17:28	CNH Romulo.pdf	SEM RESPOSTA			

Esclarecimentos

Notificações

Regionalidade

FIM IMPUGNAÇÃO	FIM ESCLARECIMENTOS	RECEB. RECURSOS	RECEB. CONTRA RAZÃO	
27/02/2023 18:00	27/02/2023 18:00	72 hr 0 min	72 hr 0 min	
MANIF. RECURSOS	REGULAMENTO	VALIDADE (meses)	PRAZO PAGTO.	
0 hr 30 min	DECRETO MUNICIPAL 029/2020	12	CONFORME EDITAL	
TIPO DE LANCE	TAXA ADM.	MODO DE DISPUTA	TEMPO INICIAL (min)	TEMPO FINAL (min)
MENOR LANCE	NÃO	ABERTO	2	0

ILMO. SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE DE NOVA SERRANA/MG, SR. GABRIEL RODRIGUES CHAVES

ILMO. SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO DE NOVA SERRANA/MG, SR. HEDY WILSON PINTO DE OLIVEIRA

ILMO PREGOEIRO DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2023

C/C ILMO. PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA SERRANA/MG, SR. EUZEBIO RODRIGUES LAGO

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2023 (PROCESSO N. 09/2023)

KTM ADMINISTRAÇÃO E ENGENHARIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 26.279.935/0001-42, com sede na Rua Marabá n. 23, Bairro Santo Antônio, Belo Horizonte/MG, CEP 30350-160, por seu representante legal infra-assinado, vem apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**¹ do PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2023, com fulcro no artigo 37, inciso XXI, da CF/88, bem como nos artigos 3º, §1º, e 41, §2º, da Lei n. 8.666/93, pelos fatos e fundamentos de Direito a seguir expostos.

I. RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

I.I. ABSOLUTA NECESSIDADE DE FRACIONAMENTO DO OBJETO LICITADO

Segundo o Termo de Referência, o objeto do certame é composto por um único item, qual seja: “Prestação de serviços de transporte, tratamento e **disposição final adequada de resíduos sólidos urbanos**, do tipo classe II, em Aterro Sanitário, segundo a ABNT

¹ Segundo o subitem 7.1 do Edital, em até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o instrumento convocatório. No caso, considerando-se que a sessão ocorrerá em 02.03.2023, quinta-feira, tem-se que o prazo para impugnação se encerrará na presente data, 27.02.2023, segunda-feira, razão pela qual é oportuna e tempestiva a presente manifestação.

NBR 10004, resíduos estes oriundos da limpeza urbana e coleta domiciliar do município de Nova Serrana/MG.”

Em melhor descrição a respeito da **disposição final adequada de resíduos sólidos urbanos**, assim se extrai das especificações técnicas (item 5) dispostas no Edital:

5.2.4 Disposição final dos resíduos sólidos urbanos

5.2.4.1 A empresa vencedora da licitação deverá dispor de aterro sanitário regularmente licenciado, estritamente de acordo com a legislação ambiental vigente de abrangência federal (Resoluções do Conselho nacional de Meio ambiente — CONAMA), estadual (deliberações normativas do Conselho Estadual de Meio ambiente de Minas Gerais — COPAM eventualmente municipal (normas ambientais específicas do município em que esteja localizado o empreendimento).

5.2.4.2 O aterro sanitário, além disso deverá ser implantado, operado e monitorado em conformidade com os instrumentos legais e com as normas técnicas brasileiras afetas ao tema, publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas/ABNT.

[...]

5.2.4.14 A mão de obra mínima necessária para a realização dos trabalhos no aterro sanitário, de acordo com o documento “Orientações básicas para operação de aterros sanitários” (FEAM, 2006).

Como se vê, juntamente com os serviços gerais de limpeza urbana, **foram também licitados serviços altamente complexos, que consistem na disposição, implantação, operação e monitoramento de aterro sanitário**, incluindo, até mesmo, toda a mão de obra e equipamentos para tanto.

Contudo, a licitação conjunta de ambos os serviços é flagrantemente ilegal, e viola o entendimento uníssono da jurisprudência do TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO a respeito da matéria.

Isto porque se pretende licitar, sob uma mesma contratação, serviços **absolutamente distintos independentes** entre si, e que **demandam expertise e recursos (humanos e técnicos) totalmente distintos** dos exigidos para a limpeza urbana.

Com efeito, enquanto os serviços de **limpeza urbana propriamente dita** envolvem as atividades que lhe são diretamente afetas como varrição, coleta e transporte dos resíduos até o aterro, a operação de aterro sanitário constitui atividade de natureza completamente diversa, passível de ser desenvolvida **em paralelo e sem qualquer interdependência** com os serviços próprios da limpeza urbana.

Justamente por isso incabível a justificativa municipal de que o fracionamento do objeto seria inviável na presente contratação, em virtude da alegada inviabilidade de responsabilização de diferentes contratadas por danos ou por defeito de execução, ante as características e interações obrigatórias entre os serviços (p. 38 do edital).

Ora, é exatamente em razão das peculiaridades que distinguem os serviços de limpeza urbana dos relativos à implementação e operação do aterro, inclusive, com diferença de mão de obra, que a eventual responsabilização das contratadas será de fácil diferenciação e identificação, nada obstando a boa gestão dos contratos.

Não bastasse, o fracionamento do objeto licitado, em hipóteses como a presente, configura-se imperioso, posto que, caso contrário, implicará **restrição à competitividade, frustrando a finalidade intrínseca de toda e qualquer licitação: a obtenção da proposta mais vantajosa à Administração Pública a partir da participação do maior número possível de licitantes.**

Isso se mostra ainda mais evidente no fato de que há no mercado um sem número de empresas que possuem **ampla experiência na prestação de serviços de limpeza urbana**, mas que **jamais operaram aterros sanitários**, exatamente por serem serviços de natureza diversa e interdependentes, que exigem **expertises e recursos operacionais muito diferentes**, por isso via de regra licitados em separado.

Em razão disto, nada há que se falar em antieconomicidade do parcelamento do objeto licitado, com suposta racionalização do trabalho, como alega a municipalidade. Isso

porque, o fracionamento do objeto permitirá a participação de empresas devidamente especializadas em cada serviço, fato que permitirá não apenas o planejamento mais adequado da execução de ambos, como também maior garantia à municipalidade de um resultado eficiente.

Ora, é bem sabido que a licitação em separado permite, pois, a participação de um número muito maior número de empresas, especialmente pela **limitação dos requisitos de habilitação técnica**, que passariam a envolver apenas as atividades que tenham clara e intransponível ligação entre si.

A propósito, essa é a solução prestigiada, **como regra mandatória**, pelo artigo 23, §1º, da Lei Geral de Licitações (Lei n. 8.666/93), que assim dispõe:

“Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

(...)

§1º As obras, serviços e compras efetuadas pela administração **serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis**, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à **ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala**.” – destaca-se

Como se vê, afigurando-se técnica e economicamente viável o parcelamento – como é o caso, em que os serviços são independentes –, a sua adoção é **obrigatória**, na medida em que propicia a **ampliação da competitividade**.

Essa a interpretação do Egrégio TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS a respeito:

“BÁSICO - AUSÊNCIA - ANULAÇÃO - CONTRUÇÃO DE UNIDADE DE TRIAGEM E COMPOSTAGEM - OBRAS DE ENGENHARIA - FRACIONAMENTO DA CONTRATAÇÃO - NECESSIDADE - SENTENÇA REFORMADA.

- O art. 23, §1º, **impõe o fracionamento como obrigatório**. A regra retrata a vontade legislativa de ampliar a competitividade e o número de possíveis interessados. **O fracionamento conduz à licitação e contratação de objetos de menor dimensão quantitativa, qualitativa e econômica. Isso aumenta o número de pessoas em condições de disputar a contratação**, inclusive pela redução dos requisitos de habilitação (que serão proporcionados à dimensão dos lotes). Trata-se não apenas de realizar o princípio da **isonomia**, mas da própria **eficiência**. (...)” – destaca-se

(TJMG - Ap Cível/Reex Necessário 1.0015.14.002475-1/001, Relator Des. José Antonino Baía Borges, 3ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 14/05/2015, publicação da súmula em 02/06/2015).

Disso se infere que a inobservância da regra de fracionamento do objeto da contratação viola a economicidade, a isonomia e a própria eficiência da Administração.

Tal conclusão foi, inclusive, adotada no último certame de Nova Serrana/MG (Concorrência n. 01/2009), que licitou os serviços que eminentemente caracterizam a limpeza urbana, a saber, varrição, capina, coleta e transporte de resíduos sólidos, de forma independente, fato que possibilitou a perfeita prestação do serviço, por parte da KTM, vencedora e contratada àquele tempo.

Pelas razões expostas, requer a Impugnante a alteração do instrumento convocatório para proceder-se ao fracionamento do objeto do Pregão Eletrônico n. 006/2023, licitando-se em lotes distintos os serviços de limpeza urbana e os de implementação, operação e manutenção do aterro sanitário, com a consequente separação de todas as exigências de qualificação técnica correlatas, impedindo-se assim uma indevida limitação do espectro de possíveis licitantes.

II.II. EXCESSIVAS E ILEGAIS EXIGÊNCIAS DISPOSTAS NOS SUBITENS 17.4.5.3 17.2.4.5.2.4 E 17.2.4.5.2.5

Caso ultrapassada a invencível alegação de imperiosidade do fracionamento do objeto da licitação, verifica-se que o instrumento convocatório contém exigências absolutamente ilegais de habilitação técnica, quais sejam: **(i)** apresentar licença ambiental para disposição final de resíduos classe II em aterro sanitário (subitem 17.4.5.3); e **(ii)** para comprovar sua aptidão para o transporte dos resíduos sólidos urbanos, apresentar licenciamento ou Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental emitido pelo órgão ambiental competente para transporte de resíduos Classe II, licenciamento ou Declaração de Dispensa de Licenciamento Sanitário Estadual emitido pelo órgão competente para transporte de resíduos Classe II, e licenciamento ou Declaração de

Dispensa de Licenciamento emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar para transporte de resíduos Classe II (subitens 17.2.4.5.2.4 e 17.2.4.5.2.5)².

Com efeito, tais exigências mostram-se excessivas, posto que irrelevantes para aferir a aptidão da licitante para executar o objeto contratado, na fase de habilitação.

A **capacidade** da empresa é demonstrada pela prova de experiência prévia na prestação de serviços de semelhante **complexidade** em relação aos licitados, complexidade essa, por sua vez, diretamente relacionada às condições particulares do município onde serão executados, tais como o **volume** de resíduos coletados; a **natureza** dos resíduos e a **periodicidade** da coleta, além de outras como preparo, impermeabilização e tratamento da área do aterro para recebimento dos resíduos; serviço de terraplanagem, escavação, drenagem pluvial, de gases e de chorume; regularização e nivelamento de tubulação; espalhamento, compactação e cobertura do lixo; implementação de programas de monitoramento ambiental, geotécnico, de águas superficiais e subterrâneas, de controle do sistema de tratamento de chorume; monitoramento de emissões atmosféricas, tudo isso com o fornecimento de equipamento e equipe multitarefa.

Assim é que a experiência prévia deve ser comprovada pelo atestado de operação de aterro sanitário e transporte prévio de resíduos sólidos em quantidade e características compatíveis com o licitado no pregão em comento.

² **17.2.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:[...]**

17.2.4.5 – Deverão ser considerados os atestados de maior relevância e valores significativos, aqueles cujos serviços e obras contemplem: [...]

17.2.4.5.3 - Licença ambiental em nome da licitante expedida pelo órgão ambiental competente para Disposição Final de Resíduos Classe II em aterro sanitário. [...]

17.2.4.5.2.4 - Para o transporte dos resíduos sólidos urbanos deverá a licitante apresentar documentação pertinente à atividade do transportador, ainda que tal serviço seja terceirizado.

17.2.4.5.2.5 – A documentação a que se refere o item anterior compreenderá a apresentação de: **a)** Licenciamento ou Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental emitido pelo órgão ambiental competente para transporte de resíduos Classe II.

b) Licenciamento ou Declaração de Dispensa de Licenciamento Sanitário Estadual emitido pelo órgão competente para transporte de resíduos Classe II.

c) Licenciamento ou Declaração de Dispensa de Licenciamento emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar para transporte de resíduos Classe II.

Consequentemente, exigir a apresentação da licença ambiental para a distribuição de rejeitos em aterros, bem como de licenciamento para a execução do transporte dos resíduos se mostra absolutamente injustificado, abusivo e contrária à ordem jurídica, posto que não é hábil e nem pertinente para aferir-se a capacidade das licitantes de executarem o objeto contratado.

Com efeito, tais providências exigem, como é notório, procedimentos de cunho altamente burocráticos e morosos, que consomem tempo e recursos consideráveis.

Logo, referidas exigências inibem a participação de potenciais concorrentes que, a despeito de terem experiência prévia na execução de limpeza urbana e operação de aterros sanitários, são desencorajadas pela obrigatoriedade de satisfação a requisitos de cumprimento tão dificultoso.

Ora, como sabido, na fase de habilitação, cabe à Administração Pública simplesmente verificar se a concorrente, de fato, **reúne as condições necessárias à adequada execução do objeto licitado, objetivo para o qual a licença do aterro sanitário previamente operado é desimportante.**

Por isso, tais critérios – apresentação de **licença ambiental e de licenciamentos ou declarações** exigidos nos subitens 17.2.4.5.2.4 e 17.2.4.5.2.5 – **afrontam** a legislação sobre a matéria, **exatamente por não serem relevantes para comprovar a capacidade técnica das licitantes.**

Com efeito, é bem sabido que o art. 37, XXI **veda** a estipulação de requisitos técnicos que não se afigurem **indispensáveis para garantir que as licitantes têm capacidade de executar** os serviços que constituem o escopo da licitação.

Em estrita consonância com as diretrizes constitucionais, e ao tratar especificamente da capacitação técnico-operacional, o artigo 30, II e §1º da Lei Federal n. 8.666/93 dispõe:

“Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica **limitar-se-á** a:

[...]

II - **comprovação de aptidão** para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

[...]

§1º A comprovação de aptidão referida no **inciso II do "caput"** deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, **limitadas as exigências a:**

I - **capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente**, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, **detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes**, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;”

Como se vê, a lei elenca **taxativamente** os critérios de capacitação técnico-profissional passíveis de inclusão em editais de licitação, determinando que a documentação relativa à **qualificação técnica limitar-se-á**, no que se refere à aptidão de desempenho, à comprovação de execução anterior de atividade **pertinente e compatível em características, quantidades e prazos** com o objeto da licitação.

Ora, as exigências de que o aterro sanitário previamente operado pela licitante seja licenciado, e de que seja apresentada a licença ambiental **não são contempladas pelo restrito rol do art. 30**, o que as torna ilegais, inclusive por **limitarem a competitividade**.

Nesse sentido é a cátedra de Marçal Justen Filho³:

“Os requisitos de habilitação consistem em exigências relacionadas com a determinação da idoneidade do licitante. É um conjunto de requisitos que se poderiam dizer indiciários, no sentido de que sua presença induz a presunção de que o sujeito **dispõe de condições para executar satisfatoriamente o objeto licitado**. Por decorrência, a ausência de requisito de habilitação acarreta o afastamento do licitante do certame, desconsiderando-se sua proposta. O elenco dos requisitos de habilitação está delineado em termos gerais nos arts. 27

³ JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 16ª Ed. Revista, Atualizada e Ampliada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. pgs. 536/537.

a 32 da Lei de Licitações. **É INVIÁVEL O ATO CONVOCATÓRIO IGNORAR OS LIMITES LEGAIS E INTRODUIR NOVOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, NÃO AUTORIZADOS LEGISLATIVAMENTE.**

Não é outro o entendimento do TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO⁴ ao determinar a agentes públicos que “**Não** incluam nos editais de licitação exigências **não previstas em lei ou irrelevantes para a verificação da qualificação técnica** das licitantes em obediência ao art. 3º, § 1º, I, da Lei n.º 8.666/1993 (...).”

No mais, ainda segundo a cátedra do professor MARÇAL JUSTEN FILHO, “**Deve-se considerar a atividade principal e essencial a ser executada**, sem maiores referências a especificações ou detalhamentos. Isso não significa afirmar que tais peculiaridades sejam irrelevantes. **São significativas para a execução do objeto, mas não para a habilitação.**”⁵

À luz disso, evidencia-se, no caso, que as exigências dos subitens 17.4.5.3, 17.2.4.5.2.4 e 17.2.4.5.2.5 constituem violação aos princípios da legalidade e da obtenção da melhor proposta, na medida em que reduz o universo de potenciais licitantes.

Assim é que a qualificação técnica para a disposição final e transporte dos resíduos sólidos oriundos da limpeza urbana não depende da apresentação de licença do aterro. Depende, isto sim, da comprovação de que a licitante tem experiência prévia e capacidade operacional (recursos humanos e técnicos) para ambos serviços e, até mesmo, para prestar serviços similares, de modo que a licença e licenciamentos/declarações objeto dos subitens 17.4.5.3, 17.2.4.5.2.4 e 17.2.4.5.2.5 poderão ser exigidos da vencedora, após a adjudicação e homologação do certame.

Por todo exposto, imperiosa se faz a retificação do edital para que sejam extirpadas as exigências dos subitens 17.4.5.3, 17.2.4.5.2.4 e 17.2.4.5.2.5 do edital.

⁴ TCU. Acórdão n. 1351/2003. Primeira Câmara.

⁵ In Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 10ª ed. Dialética, São Paulo, 2004, p. 331.

II.III EXIGÊNCIA EXCESSIVA E ILEGAL DE QUE A LICITANTE VENCEDORA SEJA DETENTORA DE ATERRO SANITÁRIO

Também se mostra excessiva a exigência de que a vencedora disponha de aterro sanitário regularmente licenciado (subitem 17.2.4.5.2.6⁶).

Isso porque o único aterro disponível na região localiza-se no Município de Betim/MG, sendo de titularidade da empresa Viasolo Engenharia Ambiental S/A.

Assim, ao exigir que a vencedora seja detentora de aterro age o Município em favorecimento da referida empresa e daqueles que já sejam proprietários ou tenham a posse de aterro sanitário, conduta evidentemente ilegal, na medida em que fere a lisura do certame, desde a publicação do edital, por minar a competitividade, tratando as potenciais licitantes, não detentoras do imóvel, de forma absolutamente antiisonômica em relação às demais, o que viola a competitividade e a isonomia, diretrizes, por excelência, das compras da Administração.

III. PEDIDOS

Por tudo quanto exposto, requer a KTM ADMINISTRAÇÃO E ENGENHARIA LTDA. a retificação do edital do Pregão Eletrônico n. 006/2023, a fim de que:

(i) Seja fracionado o objeto do certame, para que os serviços de implementação, operação e monitoramento de aterro sanitário do instrumento convocatório sejam licitados separadamente dos serviços comuns de limpeza urbana, com a consequente exclusão de todas as

⁶ Conforme o subitem 17.2.4.5.2.6, “**A empresa vencedora da licitação deverá dispor de aterro sanitário regularmente licenciado**, estritamente de acordo com a legislação ambiental vigente de abrangência federal (Resoluções do Conselho nacional de Meio ambiente — CONAMA), estadual (deliberações normativas do Conselho Estadual de Meio ambiente de Minas Gerais — COPAM e eventualmente municipal (normas ambientais específicas do município em que esteja localizado o empreendimento.” – grifo nosso.

exigências de qualificação técnica correlatas, sobretudo, as previstas nos subitens 17.4.5.3, 17.2.4.5.2.4 e 17.2.4.5.2.5 do edital.

(ii) sejam extirpados os ilegais requisitos para habilitação técnica previstos nos subitens 17.4.5.3, 17.2.4.5.2.4 e 17.2.4.5.2.5 do edital, posto que irrelevantes e injustificados para a comprovação da aptidão das licitantes para a execução do objeto licitado.

(iii) seja extirpada do edital a exigência de que a vencedora seja detentora de aterro sanitário, sob pena de favorecimento indevido e violação à competitividade e ao tratamento isonômico das concorrentes;

Pugna, por fim, que, uma vez alterado o instrumento convocatório, seja definida nova data para a realização do certame e divulgado o Edital nos termos exigidos, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, nos termos do art. 21, §4º, da Lei n. 8.666/93.

Termos em que pede deferimento.

De Belo Horizonte/MG para Nova Serrana/MG, 27 de fevereiro de 2023.

ROMULO
RODRIGUES
ROCHA:355391
78653

Assinado de forma
digital por ROMULO
RODRIGUES
ROCHA:35539178653
Dados: 2023.02.27
17:21:01 -03'00'

KTM ADMINISTRAÇÃO E ENGENHARIA LTDA.

136026wdsf



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SERRANA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº: 18.291.385/0001-59

MUNICÍPIO DE NOVA SERRANA-MG, torna pública a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório nº 09/2023, pregão eletrônico nº 06/2023, Registro de Preço. **OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, DEVIDAMENTE REGULARIZADA E AMBIENTALMENTE ADEQUADA, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DE NOVA SERRANA.** Ganhadores: **ESSENCIS MG SOLUÇÕES AMBIENTAIS S.A.**, CNPJ: 07.004.980/0001-40, venceu o lote 1 no valor total de R\$ 10.685.376,00. Nova Serrana, 09 de março de 2023. Euzebio Rodrigues Lago - Prefeito.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SERRANA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº: 18.291.385/0001-59

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SERRANA/MG – torna público o resultado do Processo Licitatório nº 09/2023, Pregão Eletrônico nº 06/2023. **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, DEVIDAMENTE REGULARIZADA E AMBIENTALMENTE ADEQUADA, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DE NOVA SERRANA. Empresa vencedora: **ESSENCIS MG SOLUÇÕES AMBIENTAIS S.A.** (07004980000140) com o lote: 1 no valor total de R\$10.685.376,00 (dez milhões e seiscentos e oitenta e cinco mil e trezentos e setenta e seis reais). NOVA SERRANA - MG, 07 de março de 2023 - Denilce Elaine Ribeiro - Pregoeira.